

Governo tem plano de ocupação militar da fronteira norte

Editoria de Arte



A chamada "Calha Norte" do rio Amazonas inclui as fronteiras do Brasil com cinco países, total de 6.500 km

DERMI AZEVEDO
Da Reportagem Local

O temor de uma guerra de fronteira entre a Venezuela e a Guiana, do agravamento da crise na América Central e da "projeção do antagonismo Leste-Oeste à parte norte da América do Sul", além da necessidade de combater o tráfico de entorpecentes, levarão o governo brasileiro a gastar, nos próximos quatro anos, quase 11 milhões (10.787.165) de Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs), num ambicioso projeto de ocupação militar e desenvolvimento de 6.500 km de fronteiras do país com cinco países: Colômbia, Venezuela, Guiana, Surinã e Guiana Francesa —o chamado "Projeto Calha Norte".

Na exposição de motivos que assinou (juntamente com outros três ministros), ao apresentar o trabalho ao presidente José Sarney, em 19 de junho do ano passado, o ministro-chefe do Gabinete Militar da Presidência, general Rubem Bayma Dennys, assinalou ainda, como forte argumento de defesa do projeto, a "susceptibilidade da Guiana e do Surinã à influência ideológica marxista, tornando vulnerável a soberania nacional".

Além do aumento da presença militar na região, o documento —do qual a Folha conseguiu uma cópia com exclusividade— prevê o incre-

mento das relações bilaterais com os cinco países vizinhos, a recuperação dos marcos de fronteira, a definição de uma política indigenista apropriada à área —que vem causando protestos por parte da Igreja—, a ampliação da infraestrutura viária, o aumento da produção energética, a criação de polos de desenvolvimento econômico e de recursos sociais básicos.

O projeto é resultado do trabalho

de um grupo interministerial, formado pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgão vinculado ao Gabinete Militar da Presidência, pelos ministérios das Relações Exteriores, do Planejamento e do Interior. Ele selecionou "seis trechos preferenciais de atuação": a) o caracterizado pela presença dos índios Yanomani, no noroeste de Roraima e ao norte do Estado do Amazonas, na fronteira com a Venezuela;

b) o do Alto Rio Negro, a noroeste do Amazonas, na fronteira com a Venezuela e a Colômbia; c) a do trecho ao norte e a leste de Roraima, fronteira com a Venezuela e a Guiana; d) o do Alto Solimões e Alto Traíra, fronteira oeste do Amazonas com a Colômbia; e) trecho da serra Tumucumaque, fronteira norte do Estado do Pará com o Surinã; e f) o trecho ao norte do Território do Amapá, fronteira com a Guiana Francesa.

MI NACIONAL	
Fonte	FOLHA DE SÃO PAULO
	31, 10, 86
Cidade	SÃO PAULO

Esforço militar custará 8,5 milhões de OTNs

ROBERTO LOPES
Da Reportagem Local

O Exército, a Marinha e a Aeronáutica vão gastar quase 8,5 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs) —em números de hoje, precisamente Cz\$ 896.847.069,60— para, nos próximos quatro anos, tentar cumprir o mais ambicioso projeto integrado das três forças: “o aumento da presença militar” na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas.

Isso significa a instalação de um complexo de bases terrestres e aéreas, além do reforço do patrulhamento fluvial, para a vigilância da fronteira do Brasil com o Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Surinã e Guiana Francesa —parte importante do chamado “Projeto Calha Norte”, coordenado pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN).

O documento diz que “as Forças Armadas já dispunham de planos visando assegurar, no longo prazo, uma maior presença militar na “Calha Norte”, mas “recomenda” que “algumas partes desses planos tenham a sua implantação adiantada e ampliada”. O projeto fala no “estabelecimento, pelo Exército, de Pelotões de Fronteira em alguns pontos críticos”, na “construção e melhoria de aeródromos” e na “intensificação de patrulhas fluviais”, que visariam, basicamente, guarnecer a “área de Roraima, na fronteira com a Venezuela e República Cooperativa da Guiana” —que mantém um litígio sobre a região guianense de Essequibo, reivindicada pelos venezuelanos—, a fronteira com o Surinã —cujo governo enfrenta a inquietação entre seus chefes militares e uma ativa guerrilha de esquerda—, e tentar o combate às “plantações ilegais de epadu (folha da

chamada “coca brasileira”) e ao contrabando.

“Zona de Conflito”

As Forças Armadas resolveram priorizar seis áreas específicas, uma delas a da serra Tumucumaque, na fronteira com o Surinã, onde o Exército vai instalar um Pelotão Especial (reforçado) de Fronteira, e a Força Aérea Brasileira (FAB) vai proceder a melhoramentos numa precária pista de pouso.

Para reforçar a cobertura militar da “área de Roraima”, que, segundo o “Projeto Calha Norte”, “preocupa pela proximidade de zona potencial de conflito (a questão do Essequibo)”, o Exército pretende “reorganizar o Comando de Fronteira de Roraima”, desmembrando o 2º Batalhão Especial de Fronteira em sete cidades e localidades: Boa Vista (capital roraimense), Surucucu, Auaris, Bonfim, Ericó, Paracaima e Normandia. Para Surucucu e Ericó está prevista “a construção de novos aeródromos”.

O reforço da fronteira oeste do Estado do Amazonas ficaria a cargo, pelo plano do governo, de um 5º Batalhão Especial de Fronteira, “articulado” nas cidades de São Gabriel da Cachoeira, Iauaretê, Querari, São Joaquim, Cucuí e Maturacá —todas elas, à exceção de São Gabriel da Cachoeira, listadas para receberem “melhorias” em seus “aeródromos”.

Em junho do ano passado, quando o presidente José Sarney recebeu o “Projeto Calha Norte”, o Estado-Maior da Armada (EMA) já tinha solicitado ao CSN “recursos especiais” destinados à correção “de deficiências” nas duas principais bases da Marinha na região: a Estação Naval do Rio Negro, em Manaus (AM), e a Base Naval Val-de-Cães, em Belém (PA).

MI NACIONAL

Fonte FOLHA DE SÃO PAULO
Data 31, 10, 86
Cidade SÃO PAULO

Autoridades temem cultivo de coca na região

As experiências no Peru e na Bolívia apontam para a perspectiva de que qualquer iniciativa na área agrícola sempre será menos rendosa do que a plantação de coca. Em outros termos, qualquer projeto de relocação de pequenos agricultores na Calha Norte poderá redundar em incremento de plantação de epadu" (um tipo brasileiro de coca, a planta a partir da qual é produzida a cocaína).

A constatação faz parte da análise feita pelo grupo interministerial encarregado de redigir o "Projeto Calha Norte" —plano de desenvolvimento e ocupação militar da região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. Na parte sobre "Narcotráfico", o plano das autoridades

brasileiras dizem que "a plantação de epadu, a colheita das folhas desta coca brasileira, o seu refino preliminar e comercialização constituem atividades ilegais que estão no momento vivificando extensas áreas fronteiriças na Calha Norte".

O projeto observa que o Brasil possui comissões mistas tanto com a Venezuela quanto com a Colômbia para coordenar esforços de combate ao tráfico de entorpecentes, e recomenda a alocação de "recursos adicionais para as operações conjuntas de erradicação do epadu".

O documento afirma ainda que a renda do narcotráfico permite "o estabelecimento de áreas geográficas fora do controle do poder nacional". (RL)

CIMI NACIONAL

Fonte FOLHA DE SÃO PAULO
Data 31, 10, 86
Cidade SÃO PAULO

CNBB considera preocupante o caráter sigiloso do projeto

As eventuais ameaças à cultura e à autonomia das nações indígenas da fronteira norte brasileira, a falta de consulta aos próprios índios e o caráter sigiloso do "Projeto Calha Norte", são alguns dos aspectos que preocupam a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) nesta iniciativa sigilosa do Conselho de Segurança Nacional. O assunto foi debatido até anteontem, em Brasília, durante a reunião ordinária da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) da CNBB, havendo consenso quanto à gravidade do projeto, "na visão dos bispos e assessores da Igreja, nos seus aspectos sociais e políticos e antropológicos.

Hoje à tarde, em Brasília, o presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e bispo do Xingu (AM), d. Erwin Krautler, dará entrevista coletiva para apresentar a posição da entidade sobre o projeto.

"Razoabilidade"

Entre as preocupações do episcopado, estão as de que não tenha

havido qualquer comunicação, por parte do governo, à sociedade civil brasileira, sobre o projeto e de que nele esteja embutida a chamada "teoria da razoabilidade", elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional. De acordo com esta teoria, o governo fixaria um limite máximo para as terras dos índios nas regiões de fronteira, com base nos cálculos habitualmente utilizados para fins de reforma agrária. Para o Cimi, a adoção deste critério poderia significar uma violência contra a tradição cultural indígena de uso e posse da terra.

Posições

Dentro da CNBB, na reunião de Brasília, foram colocadas duas posições básicas: uma defendendo um tratamento cuidadoso do "Projeto Calha Norte", considerando sua "gravidade", e outra —compartilhada pelo Cimi— a favor da imediata discussão sobre o tema, abrindo-se amplo debate em todo o país. (Dermi Azevedo)

CIMI NACIONAL
 Fonte FOLHA DE SÃO PAULO
 Data 31, 10, 86
 Cidade SÃO PAULO

Nova política indigenista para a fronteira é um dos objetivos

A definição de uma política indigenista "apropriada" para a região fronteira norte do Brasil é um dos pontos centrais do "Projeto Calha Norte", do Conselho de Segurança Nacional (CSN), com o objetivo de "fortalecer a estrutura operacional" da Funai (Fundação Nacional do Índio) em quatro áreas prioritárias nas fronteiras com a Venezuela, Guiana, Colômbia, Guiana Francesa e Surinã. No período 1986/1990, serão colocados à disposição da Funai, para os investimentos no "Calha Norte", recursos de 119 milhões de cruzados. As verbas serão aplicadas em estudos para delimitação e demarcação de áreas indígenas, apoio a projetos de desenvolvimento comunitário, artesanato e incentivo ao trabalho indígena na agricultura, extrativismo e pesca.

Para a área da 10ª Delegacia da Funai —com sede em Boa Vista (RR)—, está prevista a contratação de trinta servidores, construção do posto indígena de Paapiu e reforma dos postos já existentes. Nessa regi-

ão, no Estado do Amazonas e território de Roraima, vivem cerca de 25 mil índios, segundo o projeto, dos quais 7.500 da nação Yanomami. O CNS sugere, também, a manutenção da frente de atração Surucucu, construção de campos de pouso —com 800 metros de pista— em cinco comunidades indígenas e a demarcação das áreas.

Já para a área do Alto Rio Negro —nas fronteiras do Brasil com a Colômbia e a Venezuela—, o projeto prevê mais 84 servidores para a Funai, construção de nove postos indígenas, apoio ao pelotão especial de fronteira de Cucui e campos de pouso. Para a área do Alto Solimões, no Amazonas —fronteira com a Colômbia—, o projeto indica, entre outras coisas, a contratação de mais 42 servidores para a Funai.

Noutra área prioritária —do Amapá e Tumucumaque, no Pará—, o projeto prevê atendimento a 3.500 índios, novos funcionários para a Funai e apoio ao pelotão especial de fronteira de Clevelândia do Norte (AP). (DA)

CIMI NACIONAL
 Fonte FOLHA DE SÃO PAULO
 Data 31, 10, 86
 Cidade SÃO PAULO

Conselho missionário condena hoje "Projeto Calha Norte"

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), d. Erwin Krautler, dá entrevista hoje, às 14h30, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília, para criticar a implantação do "Projeto Calha Norte". O Cimi, em nota enviada ontem à imprensa, afirma que já obteve cópia do "Calha Norte", apesar do sigilo com que o governo vem tratando o assunto.

Os doze comandantes de Regiões Militares do Exército, encerram hoje, no Quartel General da Força, em Brasília, reunião para tratar das atividades de suprimento, de manutenção e de obras relacionadas ao programa de modernização do Exército, chamado de FT-90. Conduzida pelo chefe do Estado-Maior do Exército, general Fernando Pamplona, a reunião se dedica também ao Projeto "Calha Norte".

Já o programa de modernização do Exército (o FT-90 ou Força Terrestre

1990), é o projeto global de desenvolvimento da Força até 1990. Do programa fez parte a redistribuição geográfica dos comandos militares pelo país. Faz parte também o plano de reequipamento e rearmamento do Exército.

O encontro dos generais será encerrado amanhã pelo ministro Leonidas Pires Gonçalves. O plano "Força Terrestre — 1990" —mais conhecido como FT-90— foi aprovado pelo presidente José Sarney no ano passado, quando o governo concedeu ao Exército uma verba suplementar de quinhentos milhões de dólares. O FT-90 vai priorizar a modernização da artilharia antiaérea do Exército, o reequipamento das unidades de engenharia de combate, a reforma de tanques e carros blindados de procedência americana, o desenvolvimento do Exército nas pesquisas de diversos tipos de mísseis, e outros setores onde possa atuar a tecnologia nacional.

CIMI NACIONAL

Fonte JORNAL DO BRASIL
31/10/86
 Cidade RIO DE JANEIRO

Governo quer ocupar sigilosamente fronteiras do Norte

*Roberto Benevides/
Ricardo Amaral*

Brasília — O governo brasileiro está iniciando, desde o dia 16, um plano de ocupação "sob o enfoque do desenvolvimento e segurança" das áreas do Amazonas, Pará, Roraima e Amapá que, ao longo de 6 mil 500 quilômetros, fazem fronteira com Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. O plano, sigiloso, foi sugerido ao presidente José Sarney pelo secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, general Rubens Bayma Denys, temeroso de que a "possibilidade de conflitos fronteiriços entre alguns países vizinhos, aliada à presente conjuntura do Caribe" possa "tornar possível a projeção do antagonismo Leste-Oeste na parte Norte da América do Sul".

A implantação do projeto começou com a liberação pelo Ministério do Planejamento das primeiras verbas destinadas aos ministérios do Exército, Aeronáutica, Marinha, Interior e Relações Exteriores. Mas a idéia circula no primeiro escalão do governo desde junho do ano passado, quando Bayma Denys fez sua proposta a Sarney e imediatamente foi criado um grupo de trabalho — com representantes do Planejamento, Interior, Relações Exteriores e, é claro, do Conselho de Segurança Nacional — "para estabelecer plano de ação governamental para a região ao Norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, voltado para os objetivos do desenvolvimento e da segurança nacionais".

O estudo aprovado pelo grupo leva a assinatura do ex-ministro Olavo Setúbal e dos ministros Ronaldo Costa Couto, João Sayad e Bayma Denys e "contou com a efetiva participação dos ministérios militares e da Fazenda". São previstos recursos, até o exercício de 1990, para o desenvolvimento de diversos projetos em três áreas: a faixa de fronteiras entre Tabatinga, no Amazonas, e Oiapoque, no Amapá; a orla ribeirinha do Solimões e do Amazonas e de seus principais afluentes; e o chamado núcleo interiorano.

As ações prioritárias propostas pelo grupo de trabalho são:

- Aumento da presença brasileira, inclusive militar, na área.
- Intensificação das relações bilaterais com os países vizinhos, com destaque para as trocas comerciais.
- Ampliação da ação da Funai junto às populações indígenas.
- Intensificação das campanhas demarcatórias de fronteira.
- Ampliação da infra-estrutura viária.
- Aceleração da produção de energia hidrelétrica.
- Ampliação da oferta de recursos sociais básicos.

Mas os autores do plano fazem questão de deixar claro que estas ações não podem ser implantadas num curto espaço de tempo: "A região em estudo, representando 14% do território nacional e 24% da Amazônia Legal, marcada pelo rudimentarismo de suas formas produtivas, com uma pequena população circunscrita às capitais dos estados e territórios e delimitada por uma extensa faixa de fronteiras, na qual estão localizadas grandes áreas indígenas, induz a pensar que as tarefas ligadas à segurança e ao desenvolvimento são extremamente complexas e apenas passíveis de implementação no longo prazo."

No documento enviado a Sarney, os autores dizem que três preocupações "permearam os trabalhos do Grupo de Trabalho Interministerial": a restrição orçamentária, a compatibilidade com diversos planos governamentais para a região e "a questão da confidencialidade". O próprio documento é considerado sigiloso e explica: "Sob o aspecto confidencialidade, cabe explicitar que a prioridade governamental, sendo acordada à Calha Norte, poderia vir a suscitar tanto expectativas domésticas exageradas quanto temores infundados nos países limítrofes".

Diz ainda o documento que "muitos dos temas abordados, tais como reformulação de políticas indigenistas, retomadas da demarcação de fronteiras ou localização de instalações militares, requerem tratamento sigiloso, pelo menos nos estágios iniciais da análise, em virtude da alta sensibilidade política".

CONT.

País vai reforçar a fronteira norte

CIMI NACIONAL	
Fonte	FOLHA de SÃO PAULO
Data	31/10/86
Cidade	São Paulo

O temor de uma guerra de fronteira entre a Venezuela e a Guiana e a "suscetibilidade da Guiana e do Surinã à influência ideológica marxista" são dois dos motivos que vão levar o governo brasileiro a gastar, nos próximos quatro anos, quase onze milhões de Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs) num ambicioso plano de ocupação militar e desenvolvimento de 6.500 km de fronteiras com cinco países: Colômbia, Venezuela, Guiana, Surinã e Guiana Francesa — o chamado "Projeto Calha Norte", do qual o repórter Dermi Azevedo, da Folha, conseguiu, com exclusividade, uma cópia. O documento prevê a instalação de um complexo de bases militares terrestres e aéreas nos Estados do Amazonas e do Pará e no Território de Roraima. O assunto também foi discutido anteontem, em Brasília, em reunião da Comissão Episcopal de Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Igreja está preocupada com o sigilo que vem cercando o projeto e suas consequências para as comunidades indígenas da região. Hoje à tarde, o presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), d. Erwin Krautler, dá entrevista coletiva à imprensa, criticando o "Projeto Calha Norte". A iniciativa do governo está igualmente dirigida contra a proliferação do plantio de epadu — a folha de coca brasileira. **PÁG. 6**

Operação sigilosa ocupa a Amazônia

O governo iniciou, no dia 16, um plano de ocupação, "sob o enfoque do desenvolvimento e segurança", de uma área da Amazônia Legal equivalente a 14% do território nacional e que se estende por 6 mil 500 quilômetros da fronteira com Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. O plano, sigiloso, foi proposto pelo Conselho de Segurança Nacional.

O secretário-geral do Conselho, general Rubens Bayma Denys, sugeriu o plano em junho do ano passado, temeroso de que a "possibilidade de conflitos fronteiriços entre alguns países vizinhos, aliada à presente conjuntura do Caribe" possa "tornar possível a projeção do antagonismo Leste-Oeste na parte Norte da América do Sul."

Sarney aceitou a sugestão, nomeou um grupo interministerial para cuidar do assunto e aprovou, posteriormente, os projetos propostos pelos ministros João Sayad, Costa Couto, Olavo Setúbal e o próprio Bayma Denys, todos voltados para o fortalecimento da presença social, militar e econômica brasileira na região.

Embora tenha assinado, no dia 16, as primeiras liberações de verba para a execução dos projetos, o secretário-geral do ministério do Planejamento, Henri Philippe Reichstul, disse ontem que não sabe quanto a idéia vai custar ao país: "Eu assino tanta coisa..." Bayma Denys apenas justificou: "É preciso aumentar a presença brasileira na fronteira." (Pág. 17)

CIMI NACIONAL	
Fonte	JORNAL de BRASIL
Data	31/10/86
Cidade	Rio de JANEIRO

As primeiras propostas

O documento preparado pelo grupo interministerial traz uma discreta queixa contra a "urgência com que foram conduzidos os trabalhos", o que teria impedido a formulação detalhada de alguns projetos, mas relaciona uma série de medidas concretas:

- Toda a legislação referente ao comércio com o Paraguai poderia ser adaptada para a região, pois "todos os países da área amazônica, exceto a Venezuela, possuem déficits comerciais de grande monta com o Brasil".
- É preciso reforçar os consulados brasileiros na área fronteiriça pois "a experiência histórica com a Região Sul demonstra que consulados de fronteira bem instalados e lotados podem constituir instrumentos valiosos para o desenvolvimento e para que sejam evitados no nascedouro problemas políticos decorrentes de fronteiras que se vivificam".
- Há necessidade de "equilibrar as relações com a República Cooperativista da Guiana no mesmo patamar do atual relacionamento Brasil-Suriname. Deve haver esforços para destinar à Guiana os mesmos recursos financeiros que estão sendo dirigidos para o Suriname, tanto no que concerne às linhas de crédito quanto aos montantes para cooperação técnica".
- "Caberá à Funai redobrar esforços na região Yanomami. Há bastante tempo observam-se pressões, tanto de nacionais quanto de estrangeiros, visando constituir, às custas do atual território brasileiro e venezuelano, um Estado yanomami".
- "Qualquer projeto de relocação de pequenos agricultores na Calha Norte poderá redundar em incremento da plantação de epadu", a

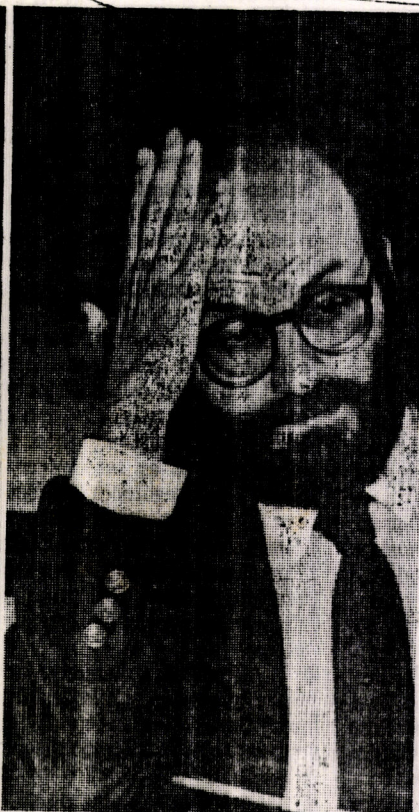
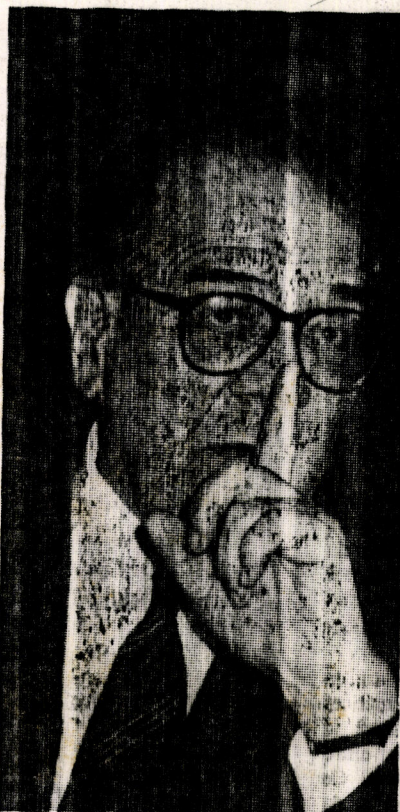
coca brasileira cujo refino e comercialização "constituem atividades ilegais que estão vivificando extensas áreas fronteiriças". Os ganhos com o "narcotráfico não apenas representam um perigo para a vida política brasileira, mas também permitem o estabelecimento de áreas geográficas fora do controle do poder nacional".

- A criação de novos pólos de desenvolvimento gerará um aumento progressivo dos fluxos de navegação fluviais, cabendo à Marinha "intensificar, proporcionalmente, suas atividades relativas à segurança da navegação, controle das embarcações e seu policiamento". São necessários recursos especiais para que a Marinha corrija as deficiências na área, "especialmente a Estação naval do rio Negro, em Manaus, e a Base Naval de Val-de-Cans, em Belém.
- O Exército deve organizar o Comando de Fronteira do Rio Negro, com a criação de um Batalhão Especial de Fronteira, reorganizar o Comando de Fronteira de Roraima e manter a articulação dos Comandos de Fronteira do Solimões e do Amapá. Além disso, deve criar um Pelotão Especial de Fronteira em Tiriós, no Pará.
- A Aeronáutica deve melhorar os aeródromos de Maturacá, Querari, São Joaquim, Cucuí e Iauaretê, no Amazonas, ampliar os aeródromos de Tiriós, no Pará, Paracaima e Auaris, em Roraima, e construir novos aeródromos em Surucucu e Ericó, também em Roraima. Além disso, a Aeronáutica deve preparar-se para a "implantação futura de bases na região Norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas".

Médici pensou algo parecido

No domingo, 29 de julho de 1973, o então presidente Emílio Garrastazu Médici inaugurou, na localidade de Porto Grande, a 112 quilômetros de Macapá, as obras de um dos mais ambiciosos projetos do regime militar brasileiro: a Rodovia Perimetral Norte, um complexo de estradas a ser construído em quatro anos, que percorreria mais de 4 mil quilômetros da Amazônia e integraria ao restante do país uma área de 1 milhão 300 mil quilômetros quadrados, fronteiriça a seis países (Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa).

Projetada dentro do Programa de Integração Nacional e desenvolvida pelo Conselho de Segurança Nacional, a obra era considerada pelos militares muito mais importante que a Transamazônica, porque proporcionaria condições de comunicação e vigilância a toda a fronteira Norte do país, até então controlada, precariamente, por via aérea e pelos rios navegáveis. Em janeiro de 1977, quando, pelo projeto original, as obras deveriam estar chegando a seu final, um porta-voz do ministro dos Transportes, Dirceu Nogueira, informava, pela primeira vez oficialmente, que as obras ficariam paralisadas até que o Brasil superasse seus problemas econômicos.



Setúbal, Sayad e Couto assinam, com Bayma Denys, proposta aprovada por Sarney

CONT

As razões de segurança

Quando propôs ao presidente Sarney, em 19 de junho de 1985, a criação de um grupo de trabalho para desenhe a ação "com vistas ao fortalecimento das expressões do Poder Nacional na região", o secretário do Conselho de Segurança Nacional, general Bayma Denys, alinhou as seguintes justificativas:

□ "O imenso vazio da região, o ambiente hostil e pouco conhecido, a grande extensão da faixa de fronteira, escassamente povoada, bem como a susceptibilidade da Guiana e do Suriname à influência ideológica, aspectos estes que tornaram vulnerável a soberania nacional." (Nota: A Guiana, uma república ligada à comunidade britânica, e o Suriname, desde 1982 sob o regime militar do coronel Desiré Bouterse, têm juntos uma população que mal passa de 1 milhão de habitantes)

■ "A análise desses aspectos e de outros de ordem econômica, política e prazo, visando a direcionar a atuação governamental, em conjunto com a iniciativa privada, para promover a ocupação e o desenvolvimento da área, de modo harmônico e adequado aos interesses nacionais."

□ "Esse planejamento, além de objetivar o fortalecimento das expressões do Poder Nacional, não deveria deixar de incluir o relacionamento com os vizinhos do Norte. Destarte, seria reco-

Um segredo mal guardado

Brasília — O ministro-chefe do Gabinete Militar, general Rubem Bayma Denys, defendeu com uma frase curta o projeto Calha Norte: "É preciso aumentar a presença brasileira na área de fronteira". A declaração foi feita ontem à noite, em seu gabinete, depois que os comandantes das 12 regiões militares, os chefes de cinco departamentos do exército, o secretário de Economia e Finanças da arma e o próprio chefe do Estado-Maior do Exército passaram o dia discutindo o assunto no Quartel-Gen. do Exército em Brasília, o chamado Forte Apache.

Ao contrário de general Bayma — que costuma falar abertamente sobre alguns aspectos do projeto, sua menina dos olhos — nenhum dos 19 generais reunidos no Forte Apache se dispôs a comentar o Calha Norte. Provocados, todos se esquivaram de comentários, sob o argumento de que o assunto é sigiloso. Nem tanto. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), por exemplo, teve acesso a partes do projeto e pretende torná-las públicas hoje.

Arquivo



A idéia é de Bayma Denys, do Conselho de Segurança

mendável, pelas razões já citadas, ampliar as relações bilaterais, especialmente com a Guiana e o Suriname. É preciso lembrar, entretanto, que a aproximação com esses países apenas atingirá níveis satisfatórios na medida em que o peso específico do benefício político dela resultante prevaleça sobre as possíveis dificuldades comerciais e financeiras, entre outras."

■ — "Além disso, pode-se esperar que a integração desse espaço geoeconômico ao resto do País venha reforçar o relacionamento com os vizinhos, podendo surgir o Brasil como opção mais confiável do que quaisquer outros alinhamentos."

O presidente do Cimi, dom Erwin Krautler, convocou entrevista coletiva para a tarde de hoje. Ele vai atacar o projeto basicamente por dois flancos: a militarização da Amazônia e a pouca preocupação que o Conselho considera estar havendo com a demarcação das terras dos índios Ianomami, migrantes que atravessam as fronteiras conforme a estação do ano. O general Denys recusou-se a comentar as críticas do Cimi antes da entrevista de dom Erwin.

Não resta dúvida de que a inspiração do projeto é basicamente militar. Tanto que o secretário-geral da Secretaria de Planejamento, Henri Philippe Reichstul, formalmente coordenador do grupo interministerial de trabalho envolvido no projeto Calha Norte, não tem controle efetivo sobre o assunto. "Eu nem sabia que o projeto era sigiloso", admitiu. Ele não sabe sequer quanto dinheiro foi liberado para o Calha Norte, apesar de ter assinado, no dia 9 de outubro, uma portaria que liberou Cz\$ 99 milhões para o projeto. "Eu assino tanta coisa...", desculpou-se Reichstul.

CIMI NACIONAL	
Fonte	CORREIO BRASILENSE
Data	01 / 11 / 86
Cidade	Brasília -

Cimi condena projeto Calha Norte

Conselho Missionário crê estar próximo o fim dos povos indígenas

“O Projeto Calha Norte revela um caráter autoritário, imperialista e paranóico das concepções que o fundamentam”. A afirmação é do presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dom Erwin Krautler, bispo do Xingu. Ele considera o projeto, que visa o desenvolvimento e a segurança na Região Norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, “o golpe final em direção ao extermínio dos povos indígenas do Norte do Brasil”. O Cimi acredita que o projeto de reforçar a fronteira norte brasileira pode ser traduzido como uma militarização

da região e denunciou a construção de três aeroportos nos territórios dos índios Baniwa, Tucano e Yanomami e de duas vilas militares nas regiões de Cucuí e Bitencourt. Dom Erwin afirma, com base no projeto, do qual já tinha alguma idéia, que o Conselho de Segurança Nacional não pretende demarcar áreas indígenas nos seguintes casos: em faixa de fronteiras, quando tratar-se de áreas demasiado extensas; em áreas próximas a cidades e em áreas cortadas por estradas federais ou por rios. **Página 8**

Nove pelotões até 1988

Até o final de 1988, o Exército terá construído mais nove pelotões de fronteira na região Norte. Os quatro primeiros a serem instalados — em Tirió (fronteira com o Suriname), São Joaquim (divisa com a Colômbia), Sururucu e Avars —, entram em funcionamento no ano que vem. A construção

dos novos quartéis é parte do Projeto Calha Norte, idealizado pelo Conselho de Segurança Nacional, que prevê a ocupação e o desenvolvimento de uma área de 6.500 km ao longo das divisas com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. **Página 8**

CIMI NACIONAL
 Fonte: CORREIO BRASILIENSE
 Data: 01/11/88
 Cidade: Brasília -

Cimi condena projeto de militarizar Amazônia

Bispo diz que decisão "autoritária e paranóica" é o golpe final para exterminar os índios



Para dom Erwin, o projeto Calha Norte sepulta a esperança do índio de ver suas terras demarcadas

"O Projeto Calha Norte revela um caráter autoritário, imperialista e paranóico das concepções que o fundamentam". A afirmação é do presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dom Erwin Krautler, bispo do Xingu (AM). Ele classificou o chamado Projeto Calha Norte — que Visa o "desenvolvimento e segurança na Região Norte das Calhas dos rios Solimões e Amazonas" — e o "golpe final em direção ao extermínio dos povos indígenas do Norte do Brasil".

Dom Erwin disse que desde junho o Cimi vem denunciando as dificuldades colocadas por setores do Governo, especialmente o Conselho de Segurança Nacional, à demarcação de áreas indígenas, principalmente na Amazônia. Lembrou também que já se denunciou a existência de pla-

nos de desenvolvimento secretos para a região, dos quais só se conheciam os nomes: 1º Plano de Desenvolvimento da Amazônia e Projeto Calha Norte.

"Mas agora", lamentou o presidente do Cimi, "as denúncias revelam-se tragicamente consistentes", já que vazou o conteúdo do projeto. Segundo estes dados, explicou dom Erwin, "o Conselho de Segurança Nacional não pretende demarcar áreas indígenas nos seguintes casos: em faixa de fronteira; quando se tratar de áreas demasiado extensas; áreas próximas a cidades e áreas cortadas por estradas federais ou por rios".

De acordo com estes critérios, disse o presidente do Cimi, o presidente José Sarney e os ministros Ronaldo Costa Couto, do Interior e Dante de Oliveira,

(Reforma Agrária), ao assinarem o decreto nº 93.148, de 20 de agosto deste ano, homologando a demarcação da terra dos índios Gavião, no Pará, "subtraíram do território tribal, através do artigo 3º, as faixas de terra correspondentes à linha de transmissão da Eletronorte, à estrada de ferro Carajás e à rodovia BR-222".

Denunciou também que estão sendo construídos três aeroportos nos territórios dos índios Baniwa, Tucano e Yanomani e duas vilas militares nas regiões de Cucui e Bitencourt, onde vivem grupos indígenas. Para o Cimi, toda a concepção do Projeto Calha Norte orienta-se no sentido da "viabilização de grandes investimentos na Amazônia e da ocupação militar da região".

Quanto ao problema da demarcação das terras

indígenas, dom Erwin Krautler lembrou que a legislação atualmente em vigor nada opõe que se façam demarcações em faixas de fronteira, que são inclusive "exigência legal e constitucional". Na prática, lamentou, "as demarcações estão totalmente paralisadas na fronteira".

— Esta é, enfim, a "nova política indigenista da Nova República, destinada a consumir velha aspiração dos setores mais retrógrados do País: a extinção das comunidades indígenas e a liberação definitiva de suas terras em benefício da especulação ou da exploração predatória — afirmou o presidente do Cimi. Para ele, "infelizmente a Nova República, em termos de política indigenista Oficial, não mudou nada do que era praticado na época da ditadura".

CIMI NACIONAL
 Fonte CORREIO BRASILIENSE
 Data 01/11/88
 Cidade Brasília - DF

CIMI NACIONAL
 Fonte 'CORREIO do BRASIL
 Data 01/11/88
 Cidade Brasília - DF

Mais nove pelotões até 88

Até o final de 1988 o Exército terá construído mais nove pelotões de fronteira na região Norte do País. Os quatro primeiros a serem implantados em Tirió (na fronteira com o Suriname) e São Joaquim (divisa com a Colômbia) e nas localidades de Surucucu e Avars, entram em funcionamento em 87. A construção de novos quartéis é parte do Projeto Calha Norte, idealizado pelo Conselho de Segurança Nacional, e que prevê a ocupação e o desenvolvimento ao longo de uma área de 6.500 quilômetros, nas divisas com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

Os quatro primeiros pelotões começaram a ser construídos em junho passado e vão mobilizar, cada um, efetivo de aproximadamente 40 homens. O andamento das obras foi discutido esta semana quando se reuniram, no Quartel General do Exército, os 12 comandantes de Regiões Militares. Ali, entre outros assuntos de

caráter administrativo, os generais-de-divisão analisaram o cronograma das obras que se encontram na 1ª fase: a construção das instalações.

Os novos pelotões vão reforçar a presença do Exército que já tem 15 outros na região. Alguns deles serão unidades 'reforçadas' ou 'autossuficientes' devido às condições locais, já que nem todos estarão próximos a cidades. De acordo com a previsão do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, o efetivo na região chegará a aproximadamente 1 mil homens.

Para levar o material de construção ao local das obras o Exército está utilizando a sua Companhia Especial de Transportes e contando, também, com o auxílio da Força Aérea já que grande parte do material oriundo de Manaus é transportado de avião porque algumas obras não estão em locais acessíveis a outros meios de transportes.

Meta é ocupar fronteiras

Manaus — O comandante militar da Amazônia, general Ivan Arns Ribeiro, revelou ontem que o Exército não está preocupado com a entrada de guerrilheiros esquerdistas de outros países na Amazônia brasileira. O objetivo do Projeto Calha Norte, segundo o general Ivan Ribeiro, é a ocupação definitiva das zonas de fronteiras que "permanecem com poucos soldados". A base de Cucuí foi considerada por ele como "pequena". Além de ampliar essa base, o projeto prevê a criação do posto de São Joaquim, ambos no estado do Amazonas.

"O Exército não tem qualquer registro da presença de guerrilheiros no

território nacional", disse o general, acrescentando que há, realmente, uma preocupação com os narcotraficantes que entram no País, através das fronteiras com o Amazonas, em busca do Epadu (planta da qual é extraída a matéria-prima para fabricação da cocaína).

Esclareceu ainda que não só o Governo do estado do Amazonas não participou da elaboração do Projeto Calha Norte, como também os próprios Exército, Aeronáutica e Marinha. "O projeto foi uma determinação do Conselho de Segurança Nacional, preocupado com a não ocupação de nossas fronteiras", explicou.



D. Erwin Krautler no encontro com os jornalistas

Projeto Calha Norte condenado pelo CIMI

O Projeto Calha Norte — Desenvolvimento e Segurança na Região Norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, originado do Conselho de Segurança Nacional (CSN), está fundamentado em concepções de "caráter autoritário, imperialista e paranóico", e representa o "golpe final que visa a extinção dos povos indígenas, consumando o holocausto há séculos iniciado. Essa opinião foi externada ontem pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que estima em cerca de 60 mil índios de 50 nações a população indígena atingida pelo projeto, que já está em execução.

A posição da entidade, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi transmitida pelo seu presidente Dom Erwin Krautler, em entrevista coletiva, da qual participaram também assessores jurídicos. Na entrevista estava presente um homem moreno forte, casaco de couro caramelo, óculos escuros e

enormes anéis de ouro e brilhantes com sotaque castelhano, que, disse não ser jornalista e estar ali fazendo "trabalho particular sobre questão indígena para quem se interessar". Ele estava acompanhado de um rapaz moreno claro, alto, camisa esporte listrada. Não fizeram nenhuma pergunta ao entrevistado, mas anotaram tudo em blocos de correspondência.

O bispo fez questão de esclarecer que o CIMI e os índios não se opõem à "providências dirigidas ao bem-estar da população amazônica e à guarda das fronteiras brasileiras". Mas não admitem que "modelos autoritários de desenvolvimento sejam, mais uma vez, implementados às custas dos povos indígenas". Para a entidade, com o Calha Norte a Nova República mostra que a sua política indigenista visa à extinção das comunidades e a liberação de suas terras "em benefício da especulação ou da exploração predatória".

'Calha Norte' visa atuação da Igreja

As Forças Armadas estão preocupadas com o suposto trabalho do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entidade vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no sentido de criar um território independente para os índios ianomani — o que faria desaparecer parte da

fronteira do Brasil com a Venezuela. "Acusações levianas, que camuflam interesses econômicos espúrios", reagiu ontem em Brasília o presidente do Cimi, d. Erwin Krautler. A Folha apurou que esse é um dos motivos que levaram o governo a deflagrar o chamado "Projeto Calha Norte"

(divulgado ontem pela Folha), de reforço da ocupação militar e de desenvolvimento da fronteira norte do país (6.500 km ao longo dos limites com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Surinã e Guiana Francesa). Pelo menos um serviço militar de informações já dispõe do relato do

encontro, na semana passada, de um parlamentar de Roraima, da Aliança Democrática e candidato à reeleição, com bispos e padres da região amazônica, no qual esse político teria sido pressionado a se posicionar pública e favoravelmente à criação de um Parque Ianomani. PÁG. 6

- 0 -

CIMI NACIONAL	
Fonte	FOLHA de SÃO PAULO
Data	01/11/80
Cidade	SÃO PAULO - SP

Fronteiras sob controle

A instabilidade dos limites territoriais na América do Sul tem na região norte o seu maior foco de tensão. Da Colômbia à Guiana Francesa, passando por Venezuela, República da Guiana e Surinã, as divergências quanto a fronteiras são generalizadas. O chamado "Projeto Calha Norte", que prevê uma presença mais efetiva das Forças Armadas brasileiras na área ao norte dos rios Amazonas e Solimões — exatamente a que faz fronteira com esses países —, deve ser portanto avaliado à luz dessas circunstâncias.

Apresentado ao presidente José Sarney em junho do ano passado, o documento que defende a ocupação militar da área foi divulgado ontem pela Folha, tendo ficado em sigilo durante todo este período. Ainda assim não cabem maiores ressalvas quanto à sua necessidade. Com as mais baixas densidades demográficas do país — em Roraima, um dos Territórios incluídos na proposta, há 0,48 habitante por km² —, a "Calha Norte" se caracteriza por limites de difícil controle, tanto que um dos objetivos do projeto é recuperar marcos fronteiriços.

Mesmo que o documento não faça referência a todos, há um conjunto de problemas presentes na região norte da América do Sul a exigir cautela e atenção por parte do Brasil. O Surinã

reivindica um território a leste do rio Litani que hoje pertence à Guiana Francesa; a República da Guiana e o Surinã disputam quinze mil km² que margeiam o rio Courentyne; a Venezuela e a República da Guiana têm uma dissensão — a mais importante em toda a área — acerca do território de Essequibo; e a Colômbia e a Venezuela não conseguiram consolidar os limites marítimos de ambas no Golfo da Venezuela. Como agravante, há guerrilhas opositoras em atividade tanto no Surinã quanto na Colômbia — no final do ano passado, o Exército brasileiro chegou a deflagrar a "Operação Presença" para combater as incursões do grupo colombiano M-19 no Estado do Amazonas.

O "Projeto Calha Norte" é aceitável em suas linhas gerais. Mostra-se muito abrangente e intervencionista quanto a alguns aspectos, em especial no que se refere às reservas indígenas da região. Entretanto, quanto ao papel das Forças Armadas de defender as fronteiras e desenvolver suas funções institucionais, não há dúvidas de que representa um avanço. Essa é uma das tarefas primordiais da corporação militar, que com o aperfeiçoamento no controle dos limites territoriais do país ao norte poderá comprovar sua modernização e firmar seu profissionalismo.

Projeto para a fronteira norte opõe militares e Igreja

- 1 -

CIMI NACIONAL
FOLHA de SÃO PAULO
Data 01.11.86
Cidade SÃO PAULO - SP.

A existência de nações indígenas nas áreas incluídas no "Projeto Calha Norte" — que prevê o reforço da ocupação militar e do desenvolvimento da fronteira norte do país — é foco de um acirrado conflito entre a Igreja católica e as Forças Armadas. O comando militar acusa o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entidade vinculada à Confe-

rência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de trabalhar no sentido de criar um território independente para os índios ianomami — o que, segundo as Forças Armadas, faria desaparecer parte da fronteira do Brasil com a Venezuela. "Acusações levianas, que camuflam interesses econômicos espúrios", reagiu, ontem, em Brasília, o presi-

dente do Cimi e bispo do Xingu, d. Erwin Krautler, 47.

Krautler disse que o "Calha Norte" será "o golpe final" à comunidade indígena brasileira, mas o coordenador do projeto, general Rubem Bayma Denys discorda: "Onde já se viu o Exército não proteger os índios?"

Pelo menos um serviço militar de informações já dispõe do relato do encontro, na semana passada, de um parlamentar de Roraima que pertence à Aliança Democrática e é candidato à reeleição, com bispos e padres da região amazônica, no qual esse político teria sido pressionado a se posicionar pública e favoravelmente à criação de um Parque Ianomami.

Cimi nega planos de território independente para ianomamis

DERMI AZEVEDO *

Da Reportagem Local

A possibilidade da criação de um território independente dos índios ianomami, fazendo desaparecer parte da fronteira entre o Brasil e a Venezuela, é uma das principais preocupações do Conselho de Segurança Nacional (CSN) para justificar o "Projeto Calha Norte", de ocupação militar e sócio-econômica da Amazônia, segundo informou ontem, às 11h, por telefone, o bispo do Xingu (AM) e presidente do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), d. Erwin Krautler, 47, acrescentando que, para os estrategistas do CSN, esse "Estado" teria o apoio da Igreja e de organismos indigenistas. D. Erwin destacou que "tanto a criação desse suposto 'Estado', quanto o apoio do Cimi e outras entidades para instituí-lo, são acusações levianas que camuflam interesses econômicos espúrios, de grupos nacionais e transnacionais que pretendem usurpar as terras dos índios, em um autêntico crime de lesa-pátria".

Os indígenas da nação ianomami ocupam uma área de nove milhões de hectares na fronteira com a Venezuela, onde também vivem, na região fronteira, povos das nações iecwana e baré, num total de nove mil indígenas. A Igreja e organizações indigenistas vêm lutando, há vários anos, para a criação do Parque Ianomami, com apoio do senador Severo Gomes (PMDB-SP) que apresentou, em dezembro do ano passado, o projeto de lei 379/85 para a criação desse parque. O senador consultou autoridades da cúpula governamental em função do projeto e tomou conhecimento de que setores militares resistiam, "por razões de segurança nacional", à criação de parques em áreas de fronteira.

Para d. Erwin, o projeto "configura uma espécie de golpe final rumo à extinção dos povos indígenas da Amazônia" e que "hoje não se mata mais índios a ferro e a fogo, como



D. Erwin Krautler, presidente do Cimi

sobretudo através de projetos autoritários de desenvolvimento, levando indiretamente esses povos à extinção".

Entrevista

D. Erwin — nomeado para integrar a comissão de alto nível Igreja/governo sobre questões indígenas — em entrevista concedida ontem na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Brasília, afirmou que o projeto revela "o caráter autoritário, imperialista e paranóico das concepções que o fundamentam". O subsecretário de imprensa do Palácio do Planalto, Jorge Luiz de Souza, disse que a democracia permite este tipo de afirmação.

D. Erwin disse se surpreender com a leitura das concepções que justificam a execução do projeto, "à total revelia do próprio Congresso Nacional". Afirmou ainda que o Cimi e os índios não são contrários às providências favoráveis ao bem-estar da população amazônica e à guarda das fronteiras brasileiras: "O que não se admite é a implantação de modelos autoritários de desenvolvimento às custas dos povos indígenas".

Tadashi Nakagomi

Governo amazonense não faz restrições a instalação de postos

Dos correspondentes em Manaus e em Boa Vista

O chefe da Casa Civil do governo do Amazonas, João Félix Pinto de Garvalho, disse ontem em Manaus (AM) que o governador Gilberto Mestrinho (que ontem estava em viagem pela região do rio Madeira, inaugurando várias obras) já tinha conhecimento do Projeto Calha Norte que prevê a instalação de postos avançados do Exército brasileiro e bases da Aeronáutica em vários pontos da fronteira nacional com países do norte da América do Sul (entre eles, Cucui, no extremo norte do município de São Gabriel da Cachoeira, divisa com a Venezuela, a 1.500 km em linha reta de Manaus).

João Félix disse não lembrar quando foi feito o contato entre Mestrinho e o então comandante militar da Amazônia, general Octavio de Aguiar Medeiros. "O que lembro é que o comandante esteve aqui no Palácio para conversar com o governador e anunciar o Projeto Calha Norte". Ele disse ainda que até agora o governo do Amazonas não emitiu qualquer conceito sobre o projeto, "mas nós não temos restrições algumas contra ele. Pelo contrário, acho que o Calha Norte é importante para que os brasileiros ocupem as regiões de fronteira". Ele afirmou, no entanto, que "depois dos militares, a preocupação tem que ser com o assentamento de colonos nessas regiões".

João Félix acredita também que o projeto apenas foi apresentado ao governador, sem que o comandante militar da Amazônia tenha pedido qualquer opinião a respeito, sobre possíveis reestruturações.

Surinameses

Os empregados domésticos surinameses e guianeses que se encontram trabalhando em Boa Vista (RR) terão até 31 de dezembro para se regularizarem junto à Divisão de Polícia Federal. Ontem, menos de vinte estrangeiros compareceram à DPF para atender a determinação do Conselho Nacional de Imigração. Em Roraima, cerca de duzentos empregados domésticos guianenses encontram-se em situação irregular, conforme estimativas da PF, que até hoje não constatou um só caso de surinameses trabalhando como doméstico.

Território de Roraima possui fortes influências estrangeiras

ANTENOR BRAIDO
Enviado especial a Boa Vista

"We buy gold and diamonds". "Compra-se ouro e diamantes". Boa Vista, capital do território de Roraima, tem muitas placas assim, escritas em inglês e português. O comércio de ouro é forte. Grande parte do produto vem do Guiana (ex-Guiana Inglesa), distante apenas 125 km de Boa Vista. Roraima faz divisa também com a Venezuela, 240 km da capital. Quatro moedas são "correntes" no território: o cruzado, o dólar americano, o dólar guiano e o bolívar venezuelano.

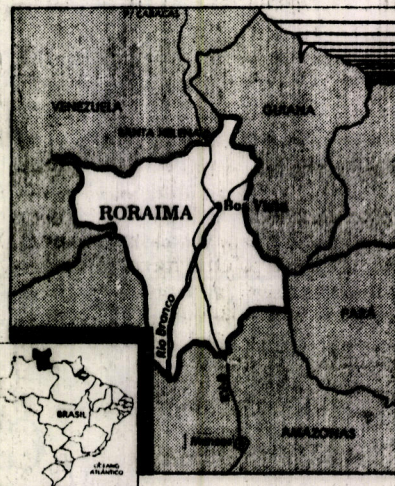
Venezuelanos e "guianeses" são presença diária em Boa Vista, uma cidade de oitenta mil habitantes. Bem planejada, ela tem o estilo de Brasília, com menos requinte, é claro. Suas imensas avenidas são mal conservadas. Não dá para circular a pé, por causa das distâncias. Só de táxi (caros) ou ônibus (serviço precário).

O calor é muito forte. Chove durante seis meses —abril a outubro. O resto é verão. A cerveja é cara, Cz\$ 13,39. A comida, idem. Quase tudo é "importado" do eixo Rio-São Paulo e de Manaus. Boa Vista está distante 800 km de Manaus, uma hora de voo pela Varig/Cruzeiro, única companhia aérea que pousa no território, além é claro, dos aviões militares.

O percurso pode ser coberto de ônibus —trinta horas de viagem ou três dias, quando a coisa complica na mal conservada estrada de terra que liga as duas cidades. Os aviões estão sempre lotados.

Política local

Roraima tem oito municípios apenas (os principais são Boa Vista, Normandia, Caracará, Alto Alegre e Mucajá), 32 candidatos concorrem à Constituinte, mas somente quatro se elegerão. Todos os partidos oficiais estão constituídos no território. A disputa entre os candidatos é muito acirrada. Nos territórios, Roraima e Amapá, não há eleição para deputado estadual e nem para governador, que é indicado pelo governo federal. Atualmente que ocupa o cargo é Getúlio Alberto de Souza Cruz (PFL).

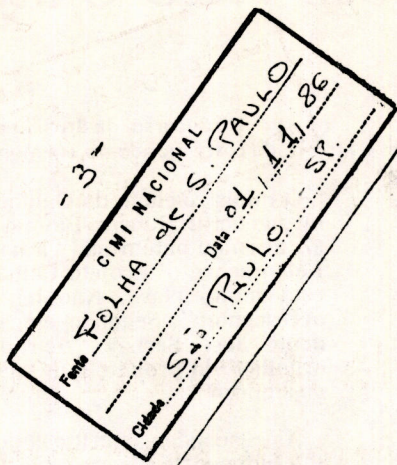


Oitenta por cento da população é composta por funcionários públicos. Apenas 35% dos habitantes nasceram no território. O resto veio do Rio Grande do Sul, Maranhão, Piauí e Minas.

Línguas

Há uma explosão no setor da construção civil. Os aluguéis estão caros. A vida é tranquila. À noite, os restaurantes (poucos) vivem lotados. Os garçons e porteiros dos hotéis falam o inglês da Guiana e o português. Os "guianeses" são conhecidos como "ingleses", por causa da dominação inglesa. São facilmente identificados: negros, esguios e altos —usam pulseiras, correntes e anéis de brilhantes. Mostram uma ginga de cantor jamaicano. Reage e outros estilos musicais do Caribe tem grande influência na região.

Roraima tem plantações de macacha. Os bailes, realizados na divisa, no lado da Guiana, são regados à droga. Não há repressão, pelo menos aparente. Roraima trata com indiferença os estrangeiros. Gosta mais dos "ingleses". Com os venezuelanos as relações são frias. No horário gratuito eleitoral, os candidatos prometem incentivar a mineração no território, para acabar com o comércio dos "ingleses", que trocam ouro por quinquilharia. Não há estimativas de quantos estrangeiros vivem em Roraima. Mas é muita gente. Na região, é muito fácil atravessar a fronteira. Não há presença ostensiva do Exército brasileiro.



Ampliação da presença militar atingirá cinquenta mil índios

O "Projeto Calha Norte", de ampliação da presença militar e econômica do governo federal na Amazônia, atingirá diretamente cinquenta mil (22,8%) dos 220 mil indígenas brasileiros, segundo dados da Funai (Fundação Nacional do Índio), Uni (União das Nações Indígenas), Programa de Levantamento dos Povos Indígenas, do Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), entre outras entidades indigenistas

brasileiras. Serão afetadas — pela construção de campos de pouso, canais fluviais e projetos de desenvolvimento comunitário — 51 áreas indígenas nas fronteiras com a Guiana Francesa, Surinã, Guiana, Venezuela e Colômbia. As áreas onde vivem mais índios, no universo de atuação do projeto, são as ianomami — na fronteira com a Venezuela — onde vivem nove mil índios ianomami, uecuana e baré. (DA)

Indígenas dizem que o projeto viola decreto-lei

O "Projeto Calha Norte", do governo federal, para ocupação militar e sócio-econômica das calhas (deseimbocaduras) ao norte dos rios Solimões e Amazonas, contraria o decreto-lei 88.118/83, do ex-presidente João Baptista Figueiredo, definindo um grupo de trabalho para a demarcação de terras indígenas. É o que disse ontem, às 17h, em São Paulo, o assessor da UNI (União das Nações Indígenas), Ailton Krenak.

Segundo o assessor da UNI, o "Projeto Calha Norte" proíbe a demarcação de terras dos índios numa faixa em torno de 160 km, das fronteiras com os países vizinhos rumo ao interior do Brasil, afetando os interesses dos indígenas para que suas terras sejam demarcadas. Acrescentou que as organizações indígenas "temem que o projeto signifique simplesmente a militarização da Amazônia, gerando constrangimento para a tradicional liberdade de ir e vir dos povos indígenas, além de prejudicar a ocupação plena, pelos índios, de suas terras".

Estado independente

Quanto à preocupação do Conselho de Segurança Nacional relativo à suposta criação — pelos índios ianomami — de um Estado independente envolvendo partes do Brasil e da Venezuela, Ailton Krenak afirmou que "se trata de uma especulação que ferá a memória do marechal Cândido Rondon, que conheceu de perto os índios, sentindo sua lealdade quando empreendeu o projeto de extensão das linhas telegráficas brasileiras, na região amazônica". Destacou ainda que as aldeias dos ianomami "têm bandeiras do Brasil hasteadas e respeitadas", observando que esses índios "rechaçam qualquer tentativa de invasão de seu território por estranhos".

"Explicações"

Ailton disse, também, que a União das Nações Indígenas pedirá "explicações formais" ao governo sobre "todos os detalhes" do Calha Norte, afirmando que o projeto "pode colocar o Brasil no mesmo nível dos países que utilizam as ilhas do Pacífico Sul para experiências militares". (DA)

AS NAÇÕES INDÍGENAS DA REGIÃO NORTE QUE SERÃO AFETADAS PELO PROJETO

Área	Nação	Nº de Índios
Fronteira Brasil/Guiana		
Galibi	galibi	71
Juminá	galibi-uaçá/caripunã	78
Uaçá	galibi-uaçá/palicur caripunã	2.370
Uuaiapi	uuaiapi	278
Fronteira Brasil/Surinã		
Parque tumucumaque	uuaiapi/uaiana/aparaí	desconhecido
Rio Peru do Leste	tirió/caxuiana uaiana/aparaí	desconhecido
Fronteira com Guiana e Venezuela		
Jacamin	uapixana	207
Bom Jesus	macuxi/uapixana	31
Jaboti	macuxi/uapixana	78
Recanto da Saudade	macuxi/uapixana	175
Canau-anin	uapixana	230
Malacaxeta	uapixana	280
Taba Lascada	uapixana	210
Manuá Pium	uapixana	500
Truaru	uapixana	116
Serra da Moça	uapixana	380
Barata Livramento	macuxi/uapixana	367
Ouro	macuxi	80
Pium	uapixana	158
Ponta da Serra	macuxi	165
Araçá	macuxi/uapixana	280
Raposa/Serra do Sol	macuxi/ingaricó	9.186
São Marcos	macuxi/uapixana	
Cajueiro	taurepang	904
Santa Inês	macuxi	85
Uai-Uai	macuxi	126
Uaimiri-Atroari	uai-uai/carafaviana	172
Nhumunda-Mapuera	uaimiri-atroari/piriutiti/tiriquiá	360
	hixcariana/caxuiana/uai-uai/catuená/xeré/mauiana e carafaviana	1.094
Ilha Jacaré-Xipacá	sateré-maué-nainiqui	desconhecido
Fronteira com a Venezuela		
Ananás	macuxi	90
Anta	uapixana	102
Aningal	macuxi	115
Boqueirão	macuxi/uapixana	413
Mangueira	macuxi	433
Sucuba	macuxi	130
Raimundão	macuxi/uapixana	554
Ianomani	ianomami/iecuana/earé	9.000
Fronteira com Colômbia e Venezuela		
Içana-Xié	eaniu/uarecana/baré	
Cubate	eaniu/curipaco/uanano/cubeu/uarequena	
Içana-Aiari	baniu/curipaco/uanano/cubeu/desano	
Taracuí/Uaupés	tariano/tucano/piratapuia/uanano/cubeu/desano/tuiuca/nacu/arapaço/carapanã/coiuana	5.200 (nãs três áreas)
Iauareté	mesmos povos da área Taracuí	1.106
Pari-Cachoeira	tucano/desano/tuiuca/macubarasano/baratucano/carapanã/meriti-tapuia	3.919
		2.619
Fronteira Colômbia/Peru		
Tijuna Evaré I	ticuna	8.000
Tijuna Evaré II	ticuna	1.230
Santo Antônio	ticuna	202
Umariacu	ticuna	2.810
Bom Intento	ticuna	133
Porto Espiritual	ticuna	146
Lauro Sodré	ticuna	323
Ticuna de Feijoa	ticuna	905
São Leopoldo	ticuna	377

Bayma Denys diz que projeto não é sigiloso

- 4 -

CIMI NACIONAL	
Fonte	FOLHA de SÃO PAULO
Data	01/11/82
Cidade	São Paulo - SP

Execução do plano depende de verbas da Seplan

ROBERTO LOPES

Da Reportagem Local

Um atraso na liberação pela Seplan (Secretaria do Planejamento) dos recursos destinados à execução do plano de "aumento da presença militar" na fronteira norte do país — que consta do chamado "Projeto Calha Norte", coordenado pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) — e uma redução no montante desses recursos para este ano, retardou, inteiramente, o cronograma de implantação do projeto.

Apenas em 1º de agosto último é que o secretário-geral da Seplan, Henri Phillippe Reichstul, liberou, através da Portaria SG Nº 43, um total de 86 milhões de cruzados, quando Marinha, Exército e Aeronáutica esperavam, só para '86, Cz\$ 335.823.932,80. O ministério da Aeronáutica recebeu Cz\$ 29.309.000,00, cerca de 89% dos Cz\$ 32.784.180,00 previstos no projeto. O Exército obteve apenas 36,3% dos Cz\$ 156.130.083,00 que aguardava — Cz\$ 56.691.000,00.

índice possível de equipamentos, sensores e sistemas de armas nacionais", de acordo com a "Metodologia de Execução" prevista, especificamente, para esse projeto.

O "Porto Esperança" foi projetado para deslocar entre 350 e 450 toneladas, a uma velocidade máxima de 12 nós e raio de ação de 2.000 a 2500 milhas. O navio deve ser equipado com canhões e metralhadoras, e ser capaz de passar 20 dias em missão de guerra sem precisar voltar a sua base. "Em situação de paz, tal navio exercerá as atividades de Polícia Naval e colaborará com os órgãos Governamentais, na defesa civil e na preservação do meio ambiente", diz o plano do governo, "Em situação de guerra, exercerá as ações de Patrulha Fluvial, Transporte Logístico, Evacuação Sanitária, entre outros". Por "transporte logístico" deve ser compreendido o transporte de suprimentos para tropas em terra, e o próprio transporte de soldados.

Além do pier em Belém e do "Porto Esperança", a Marinha está deixando de executar melhorias no cais flutuante da Estação Naval do Rio

Coube à Marinha, contudo, a pior sorte: ela esperava receber Cz\$ 146.909.668,00, mas a portaria de Reichstul sequer menciona a Marinha. Por causa disso, o Estado-Maior da Armada determinou, há dois meses, o cancelamento da concorrência que tinha aberto para a construção de um pier de 142,7m x 12m, para a atracação de navios, "junto à correnteza do rio Guamá" (conforme o detalhamento desse projeto) — obra que, pelo cronograma do "Calha Norte", deveria ter sido iniciada a 1º de maio último, sob a supervisão da Diretoria de Obras Civas da Marinha, para ser encerrada no próximo dia 31 de dezembro.

"Porto Esperança"

A prioridade para Marinha era, no entanto, conseguir os 68,3 milhões de cruzados que iriam permitir o começo da construção de um navio de guerra especialmente projetado para operar na calha norte dos rios Solimões e Amazonas: o "Porto Esperança". O barco deve ser fabricado no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, "que utilizará o maior

Negro, em Manaus (AM), que visam, entre outros objetivos, permitir o acesso a esse cais de viaturas militares de até 10 toneladas (inclusive alguns blindados sobre lagartas e rodas da linha Engesa).

Exército e FAB

Um "Anexo" à portaria Nº 43 da Secretaria-Geral da Seplan especifica que, com os seus 29,3 milhões de cruzados, a Força Aérea Brasileira (FAB) deve construir ou ampliar seis aeródromos no Estado do Amazonas — três deles (Querari, São Joaquim e Iauaretê) na faixa de fronteira com a Colômbia —, e dois no território de Roraima.

O mesmo documento fala da aplicação dos 56,6 milhões de cruzados alocados ao Exército. Eles devem servir à organização do 5º Comando de Fronteira, na região de São Gabriel da Cachoeira (AM), que vai instalar seus pelotões nas margens dos rios Negro e Uaupés, perto da fronteira da Colômbia com a Venezuela.

Da Sucursal de Brasília e do correspondente em Manaus

O ministro-chefe do Gabinete Militar, general Rubens Bayma Denys, 57, afirmou ontem que "a notícia da Folha sobre o 'Projeto Calha Norte' está muito clara. Não há nada a acrescentar". Segundo ele, o presidente José Sarney "tem o maior orgulho" do projeto, que "nada tem de sigiloso".

Ao responder às críticas do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o chefe do Gabinete Militar, afirmou que não é intenção do governo prejudicar as comunidades indígenas que vivem na região onde será implantado o "Calha Norte". E mais: disse que "a Funai vai encontrar uma solução para o problema dos índios ianomami, que merecem toda a atenção do governo". O ministro faz uma pergunta, para resumir sua opinião sobre as críticas: "Onde já se viu o Exército não proteger os índios"?

Segundo Bayma Denys, "todos os ministérios envolvidos no projeto estão prontos a fornecer esclarecimentos". Autor do projeto, o ministro diz que "a iniciativa ajuda a construir o Brasil, dando atenção a uma área que vem sendo relegada a um

segundo plano". Ele disse também que o objetivo do projeto é instalar, na área de fronteira, "de seis a sete pelotões militares", em torno dos quais se organizarão as comunida-

des. Cada pelotão terá "de quarenta a sessenta homens".

O general Denys disse ainda que "a filosofia do projeto é fortalecer a presença brasileira na área de fronteira, para organizar as sociedades que ali se instalam". O Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, segundo ele, será contactado, para analisar a possibilidade de realizar assentamentos de colonos sem-terra na região.

Planalto

O porta-voz adjunto ao Palácio do Planalto, Jorge Luiz de Souza, 35, disse ontem que o projeto de ocupação da fronteira amazônica do país "não é novo, está sendo implementado e vai muito bem". Segundo ele, o plano não cria qualquer tipo de problema com os cinco países vizinhos porque "o Brasil não está fazendo nada sem dar conhecimento" a estes países.

O porta-voz do Itamaraty, Ruy Nogueira, disse ontem que é uma preocupação legítima do governo brasileiro procurar ocupar os vazios demográficos e econômicos existentes em alguns pontos de seu território. Segundo Ruy Nogueira, o projeto foi mantido em sigilo apenas para evitar problemas políticos nos Estados da região: "O governo não quis

gerar expectativas excessivas entre a população e os dirigentes desses Estados, que poderiam pensar tratar-se de um grande projeto para o desenvolvimento da área, e fazer solicitações além dos recursos disponíveis pelo governo".

Cimi repudia a criação do Calha Norte

O presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dom Erwin Krautler, classificou ontem o projeto Calha Norte, desenvolvido pelo Conselho de Segurança Nacional, como o «golpe final que visa a extinção dos povos indígenas, consumando o holocausto iniciado há séculos». De acordo com o Cimi, a simples leitura do projeto, elaborado à revelia da sociedade, revela o caráter autoritário, imperialista e paranóico das concepções que o fundamenta.

O projeto, redigido há cerca de um ano, mas mantido fora do alcance da imprensa, das entidades civis e mesmo de certos escalões do Governo, diz respeito à área situada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. Nesta área, que corresponde a 14 por cento do território nacional, vivem cerca de 50 grupos indígenas, com uma população estimada em 80 mil indivíduos.

Examinando o projeto Calha Norte, o Cimi denuncia mudanças drásticas na política indígena da região Norte. Desde junho passado, o Cimi tem apontado as dificuldades opostas por setores do Governo, especialmente o Conselho de Segurança Nacional, à demarcação de áreas indígenas, em especial na Amazônia. Agora, com o Projeto Calha Norte, de acordo com o Cimi, fica claro que o Conselho de Segurança Nacional não pretende demarcar áreas indígenas em faixa de fronteira, em áreas consideradas demasiado extensas, próximas a cidades, cortadas por estradas federais e cortadas por rios navegáveis.

Pela atual legislação, não existe nenhum item que impessa a demarcação de território indígena em áreas de fronteira. Porém, conforme denunciou o Cimi, há muito o Governo vem evitando demarcações em tais áreas. No projeto Calha Norte, que segundo dom Erwin já está em execução, prevê-se a definição de uma política indigenista apropriada à região Norte, tendo em vista principalmente à faixa de fronteira.

O Cimi denunciou ainda que a pretexto de garantir a soberania nacional o Governo brasileiro vem implementando iniciativas de natureza bélico-militar, com investimentos no setor de aeródromo, construção e recuperação de cais e embarcações militares. Contudo, o Cimi lembra que não existe por parte da entidade e nem tão pouco dos povos indígenas da região nenhuma rejeição do princípio de manutenção das fronteiras. Apenas, conforme explicou dom Erwin, não se pode admitir que se use esse pretexto para aniquilar as populações indígenas.

Para dom Erwin, é lamentável que com a Nova República a política indigenista não tenha mudado em nada no que diz respeito à identidade cultural dos povos indígenas. Em nota divulgada ontem o Cimi revela que, «a nova» política indigenista da Nova República está destinada a consumir a velha aspiração dos setores mais retrógrados do país, que seria a extinção das comunidades indígenas e a liberação definitiva de suas terras em benefício da especulação ou exploração predatória».

“O fim das nações indígenas”

Eis na íntegra a nota distribuída pelo Cimi:

«A Nova República e a extinção dos índios da Amazônia»

«Desde junho passado, o Cimi vem denunciando as dificuldades opostas por setores do governo, especialmente o Conselho de Segurança Nacional, à demarcação de áreas indígenas, principalmente na Amazônia. Denunciou-se, também, a existência de planos de desenvolvimento secretos para a região, dos quais até há pouco somente se conheciam os nomes: 1º Plano de Desenvolvimento da Amazônia e Projeto Calha Norte.

«Analisando os poucos dados que vazaram sobre ambos os projetos, o Cimi manifestava sua preocupação com o futuro dos povos indígenas habitantes da Amazônia.

«Agora, as denúncias revelam-se tragicamente consistentes, com a obtenção do Projeto Calha Norte, somada a informações fornecidas por alta fonte governamental.

«Segundo estes dados, o Conselho de Segurança Nacional não pretende demarcar áreas indígenas nos seguintes casos: a) em faixa de fronteira; b) tratando-se de áreas consideradas demasiado extensas; c) áreas próximas a cidades; d) áreas cortadas por estradas federais; e e) áreas cortadas por rios.

«Esses critérios têm sido a orientação de grupos de trabalho que estão atualmente na Amazônia, principalmente em Roraima, a pretexto de «regularizar» a situação das terras indígenas. De acordo com tais critérios o presidente Sarney e os ministros Ronaldo Costa Couto e Dante de Oliveira, ao assinarem o Decreto nº 93.148, de 20 de agosto de 1986, homologando a demarcação da terra dos índios Gavião, no Pará, subtraíram do território tribal, através do art. 3º, as faixas de terra correspondentes à linha de transmissão da Eletronorte, à estrada de ferro Carajás e à rodovia BR-222.

«Estas práticas explicam-se diante do conteúdo do Projeto Calha Norte, elaborado por iniciativa do general-de-brigada Rubens Bayma Denys, do CSN, com a participação dos ministros das Relações Exteriores, Interior e Planejamento. Toda a concepção do Projeto orienta-se no sentido da viabilização de grandes investimentos na Amazônia e da ocupação militar da região.

«Na exposição de Motivos nº 18, de 19 de junho de 1985, o general Bayma Denys já escrevera:

«Este ponto, permito-me resumir, em

elenco, as necessidades fundamentais e imediatas, julgadas prioritárias por esta Secretaria-Geral;

- a) incremento das relações bilaterais;
- b) aumento da presença militar na área;
- c) intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes;
- d) definição de uma política indigenista apropriada à região, tendo em vista principalmente a faixa de fronteira;
- e) ampliação de infra-estrutura viária;
- f) aceleração da produção de energia hidrelétrica;
- g) interiorização de pólos de desenvolvimento econômico;
- h) ampliação da oferta de recursos sociais básicos.

«O que já está sendo implementado, porém, são iniciativas de natureza bélico-militar, com vastos investimentos no setor de aeródromos, construção e recuperação de cais e embarcações militares. Surpreende a leitura das concepções que justificam tais providências, cujo alcance atinge as relações do Brasil com os países vizinhos, à total revelia do próprio Congresso Nacional.

«Quanto às populações indígenas, investe-se na estrutura da Funai e na contratação de mais funcionários. Ademais, prepara-se um texto específico «regulamentador» da demarcação de terras indígenas em faixa de fronteira, dado que a legislação atualmente em vigor nada opõe que se façam estas demarcações, que são inclusive exigência legal e constitucional. Na prática, porém, as demarcações estão totalmente paralisadas na fronteira.

«No texto anexo, encontram-se transcrições de trechos extraídos do Projeto Calha Norte, ilustrando os raciocínios que o fundamentam e o seu alcance, de extrema gravidade para os povos indígenas e demais segmentos da população amazônica, que destes projetos nada sabem, e deles não podem participar.

«Esta é, enfim, a «nova» política indigenista da Nova República, destinada a consumir velha aspiração dos setores mais retrógrados do país: a extinção das comunidades indígenas e a liberação definitiva de suas terras em benefício da especulação ou da exploração predatória.

O Cimi, como as próprias comunidades indígenas, não se opõe a providências dirigidas ao bem-estar da população amazônica e à guarda das fronteiras brasileiras. Não admitem, porém, que modelos autoritários de desenvolvimento sejam, mais uma vez, implementados às custas dos povos indígenas».

- 1 -

CIMI NACIONAL	
Fonte	_____
Data	01 / 11 / 86
Cidade	BRASILIA - DF

CIMI NACIONAL	
Fonte	JORNAL de BRASÍLIA
Data	01/11/86
Cidade	Brasília - DF

Itamarati explica motivo do projeto

O Itamarati não vê nenhum motivo de preocupação por parte dos países vizinhos do Brasil com a implantação, pelo governo brasileiro, do projeto denominado «Calha Norte». Com ele, o país pretende intensificar a ocupação de uma área na Amazônia Legal equivalente a 14 por cento do território nacional e que se estende por 2.500 quilômetros da fronteira com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. O plano foi proposto pelo Conselho de Segurança Nacional e a idéia é de ocupar a região «sob o enfoque do desenvolvimento e segurança».

O plano, que começou a ser implementado recentemente, com a divulgação de uma dotação orçamentária de 99 milhões de cruzados para os primeiros trabalhos, acabou sendo divulgado pela imprensa e, ontem, o Itamarati procurou mostrar que em sua essência ele nada tem de grandioso ou de hegemônico.

Segundo o porta-voz do Itamarati, ministro Ruy Nogueira, «as matérias publicadas pelos jornais descrevem uma preocupação legítima do governo brasileiro no sentido de procurar ocupar os vazios demográficos e econômicos existentes em algumas partes de seu território. É uma preocupação legítima, e a idéia é de se implantar o projeto em cooperação com os países vizinhos, de maneira que possamos crescer juntos».

Dentre os objetivos principais do projeto figuram: aumento da presença brasileira, inclusive militar, na área; intensificação das relações bilaterais com os países vizinhos; ampliação da ação da Funai junto às populações indígenas; intensificação das campanhas demarcatórias de fronteiras e vivificação das estradas existentes na região.

Segundo um diplomata, através do «Calha Norte» o Brasil pretende povoar e desenvolver «a parte menos ocupada de todo o seu território» e um dos principais objetivos do grupo de trabalho encarregado do projeto é o de «não criar expectativas excessivas sem que houvesse recursos para implementá-las».

O diplomata lembrou que por detrás de tudo esteve a preocupação brasileira com o fato de que «sempre tivemos uma fronteira praticamente morta naquela área e agora ela se vivifica. Porém, isso é feito através do garimpo ilegal, do narcotráfico, contrabando de peles e não por meio de projetos econômicos. Agora, o que se pretende é modificar esse quadro».

Ele negou que o Brasil esteja iniciando a ocupação militar daquela área: «Achar que com o deslocamento de pouco mais de 400 homens para a região é ocupá-la militarmente me parece um exagero. Trata-se apenas de assegurar a presença supletiva do governo central na região que tem mais de um milhão e 200 mil quilômetros quadrados de extensão».

Idéia do Governo é ocupar a área

Com seis mil quilômetros de fronteira, entre o Oiapoque, no Amapá, e Jawareté, no Amazonas, o projeto Calha Norte, pretende afirmar a presença do governo brasileiro, numa região onde a demografia é uma das mais baixas do mundo, com menos de um habitante por quilômetro quadrado. São seis postos de pelotões de fronteira, envolvendo 240 militares, nesses quatro primeiros anos. O grupo de trabalho, que estudou o projeto foi dirigido por Andréa Calabi, do Ministério da Fazenda. O Calha Norte, quer também intensificar as relações comerciais com os países da fronteira; Venezuela, Suriname e Colômbia.

Publicado pelo Jornal de Brasília, em setembro de 85, e setembro de 86, o projeto Calha Norte vai avivar os marcos de fronteira em sua primeira fase, que se estende até 1990. Na segunda fase, o projeto pretende dar atenção às populações ribeirinhas da região amazônica, instalando postos de saúde, escolas e centros sociais.

Até agora já foram construídas pistas de pouso nas áreas de Surucucus, Tiriós, que serão usadas pela Funai, e o general Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar, garante que o Calha Norte, ampliará a atuação da Funai nas áreas indígenas e não pretende militarizar a região, apenas, aumentar a presença brasileira.

Denys prefere não comentar críticas

A nota do Conselho Indigenista Missionário — CIMI — criticando o projeto Calha Norte, não mereceu qualquer comentário do secretário do Conselho de Segurança Nacional, general Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. O general acredita que as críticas contra o Calha Norte decorrem da «falta de informações para entender melhor o projeto».

Denys, que elaborou o Calha Norte depois de uma conversa com Cláudia Andujar, presidente da Comissão de Criação do Parque Yanomami (CCPY), nega que o projeto tenha como objetivo a militarização da fronteira brasileira. «Foi a Cláudia quem me sugeriu colocar pelotões na fronteira para evitar a invasão das terras yanomami», disse o general, afirmando ainda que os pelotões de fronteira são uma tradição do Exército.

«Normalmente — disse o general — a presença brasileira nas fronteiras se faz através do Exército. Depois criam-se núcleos habitacionais. Nós temos vários exemplos disso». Entre os exemplos citados pelo chefe do Gabinete Militar se encontram as cidades de Porto Murtinho (MS), Cucuí (AM), Clevelândia (AP) e Tabatinga, no Amazonas.

«Menina-dos-olhos» do general Bayma Denys, o projeto Calha Norte foi denunciado há um ano pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), que considera o projeto uma forma de afastar os lavradores das regiões de conflitos em vias de desapropriação. O general Denys nega esse caráter do projeto e reafirma que a Reforma Agrária, preferencialmente, vai assentar os lavradores nas áreas onde vivem.

Com 38 páginas, a exposição de motivos do Calha Norte foi aprovado pelo presidente Sarney em 19 de dezembro do ano passado e o general Denys ficou surpreso porque os jornais Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil destacaram tanto o assunto. E afirma que o projeto não é apenas menina de seus olhos, «é menina dos olhos do presidente Sarney».

CIMI NACIONAL
 Fonte JORNAL do BRASIL
 Data 02/11/86
 Cidade Rio de Janeiro

Missionário critica política para índios

Brasília — O presidente do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), dom Erwin Krautler, criticou o sigilo sobre o Projeto Calha Norte e a política indigenista da Nova República, que, segundo ele, pode levar à extinção das comunidades indígenas. Durante a entrevista, que foi convocada pelo Cimi, dois estranhos, um deles com sotaque castelhano, acompanharam e anotaram tudo que foi dito. Um deles se disse jornalista "independente" ("Faço trabalhos sobre índios para quem se interessa pelo assunto", disse).

Dom Erwin — que é bispo de Altamira — distribuiu cópias resumidas do Projeto Calha Norte, obtidas, segundo ele, "junto a uma alta fonte governamental", e uma nota do Cimi que denuncia a política indigenista do governo, acusada de buscar a extinção das comunidades indígenas para liberar suas terras para especulação ou exploração predatória.

TERRA YANOMANI

O presidente do Cimi não quis revelar a "alta fonte" que lhe forneceu os documentos. O bispo e o secretário Brand explicaram que, há um ano, desde que o projeto foi detonado, o Cimi vem recebendo denúncias de populações indígenas sobre as atividades militares na região de fronteira da Amazônia. "Calculo que 50 a 60 mil índios de 40 nações, principalmente Yanomami, Tucano e Ticuna estejam ameaçados", disse dom Erwin.

O bispo relatou que durante um encontro com o general Rubem Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar da Presidência e inspirador do projeto, no dia 19 de março, algumas linhas da atuação militar na área indígena foram discutidas, "mas em nenhum momento ele mencionou o Projeto Calha Norte". Segundo dom Erwin, o general lhe teria dito que é impossível demarcar áreas indígenas na faixa de fronteiras e

pediu que o Cimi estudasse "critérios razoáveis" sobre a extensão das áreas demarcáveis.

O CIMI não concorda com a impossibilidade de se demarcar áreas fronteiriças, como aquela em que vivem os índios yanomami (900 quilômetros entre o Brasil e a Venezuela). "É claro que é possível demarcar pelo menos o lado brasileiro da terra yanomami", argumenta dom Erwin. Ele criticou o Projeto Calha Norte exatamente por não prever a demarcação de terras indígenas.

DEFESA

Dom Erwin classificou como "leviana, irresponsável e infundada" a acusação contida em um trecho da exposição de motivos dos quatro ministros (Gabinete Militar, Relações Exteriores, Planejamento e Interior) que justifica o projeto. A exposição diz que "observam-se pressões, tanto de nacionais quanto de estrangeiros, visando constituir — às custas do atual território brasileiro e venezuelano — um estado yanomami".

— Não reivindicamos um estado independente para os yanomami — respondeu o bispo —, apenas a demarcação de seu parque indígena, prevista na Constituição.

O presidente do CIMI informou que há construções de unidades militares dentro do projeto, nos municípios de Cucui e Bittencourt (AM) e disse suspeitar que toda essa atividade esteja voltada "para a espoliação final do patrimônio indígena". "Nós não rejeitamos a idéia de se fortalecer a presença militar na região de fronteira" — disse o bispo — "mas tememos que este projeto esteja aí para mascarar e camuflar interesses econômicos espúrios. Crime de lesa-pátria não é defender os índios, é servir àqueles que se interessam pela posse do solo e do subsolo deles".



Bayma Denys está orgulhoso com o início do projeto

Documento confirma tudo

Embora o ministro Rubens Bayma Denys discorde de quem "se refere ao projeto como uma questão sigilosa", o documento entregue por ele e seus companheiros de ministério, Olavo Setúbal, Costa Couto e João Sayad, ao presidente Sarney, propõe textualmente.

"Sob o aspecto confidencialidade, cabe explicitar que a prioridade governamental, sendo acordada à Calha Norte, poderia vir a suscitar tanto expectativas domésticas exageradas, quanto temores infundados nos países limítrofes".

"Observe-se que muitos dos temas abordados, tais como reformulação de políticas indigenistas, retomada da de-

marcação de fronteiras ou localização de instalações militares, requerem tratamento sigiloso, pelo menos nos estágios iniciais de análise, em virtude da alta sensibilidade política".

"O grau de sigilo recomendado para a matéria reside mais no conhecimento dos desígnios totais de ocupação da faixa de fronteiras do que nas demais atividades a serem implementadas, de forma gradual ou intensiva, simultânea ou sucessivamente, àquelas da ocupação".

"Em vista do que precede, não apenas os trabalhos do grupo de trabalho interministerial desenrolaram-se sob regime de confidencialidade, mas também a presente proposta recebe igual tratamento.

CIMI NACIONAL	
Fonte	JORNAL DO BRASIL
Data	07/11/88
Cidade	Rio de Janeiro

Itamaraty diz que ação na fronteira é assunto interno

Brasília — O projeto do governo de desenvolvimento e segurança na fronteira de grande parte da Região Amazônica causou certa preocupação nos países vizinhos. Logo de manhã, as embaixadas da Colômbia e da Venezuela telefonaram para o Itamaraty em busca de maiores informações sobre o assunto. O ponto que os preocupava era o de intensificar a presença militar em toda aquela região.

A preocupação era tanta que os ministros-conselheiros (os segundos em importância na escala hierárquica de uma embaixada) das duas chancelarias — Ramiro Carranza, da Colômbia e Hector Griffin, da Venezuela — foram ao Itamaraty em busca dessas informações.

Tiveram de ouvir calados a explicação dada pelo porta-voz do Itamaraty, ministro Ruy Nogueira: "É uma iniciativa meramente brasileira, com conseqüências somente dentro do território nacional." O que o ministro afirmara é que não havia razões para notificar os governos de países vizinhos sobre um assunto interno do Brasil. "É um plano doméstico, em nenhum momento toca ou prejudica interesses vizinhos", tentou explicá-los outro diplomata, quando o porta-voz voltou a interferir para dizer que, como tal, não requeria consultas anteriores.

Destacamentos

No Itamaraty, a reação foi de surpresa com a ampla divulgação dada pelos jornais ao Calha

Norte, "porque não é nenhum projeto sigiloso e, inclusive, alguns governadores da região já falaram sobre ele". Dispôs-se a explicar que a idéia surgiu devido ao aumento de problemas na região, especialmente com o garimpo ilegal, o narcotráfico, a exploração ilegal de peles de animais e até mesmo com a guerrilha. E, como a atuação do governo é difícil naquela área, especialmente por causa do acesso, decidiu-se por um projeto específico para a Região Amazônica.

O que o ministério negou foi que houvesse a intenção de fazer naquela parte do país uma verdadeira ocupação militar. "Seria exagerado afirmar isto", comentou um dos diplomatas envolvidos com o projeto, lembrando que a previsão é a de se instalar ali pequenos destacamentos com um máximo de 45 homens. Mas não quis comentar muito este aspecto do projeto, argumentando ser parte relacionada com os ministérios militares.

Ao Itamaraty caberá a instalação de maior número de consulados de fronteira — ainda não está definido o número total deles — e aumentar a cooperação técnica com os países vizinhos — Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana Francesa. A instalação desses novos consulados terá verba específica — a ser incluída no orçamento da União do próximo ano —, mas contará também com os recursos economizados com o fechamento de quase duas dezenas de consulados em todo o mundo, por terem sido considerados inoperantes.

Bayma Denys só nega o sigilo

Brasília — "Não há nada sigiloso nem controlado no Projeto Calha Norte. Trata-se de um projeto que tem como objetivo aumentar a presença dos brasileiros na área de fronteira, visando, também, a intensificar as relações comerciais com os países vizinhos. Com isto, o que se pretende é promover mais desenvolvimento, ordem e bem-estar às populações da região fronteira", informou o ministro-chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denys.

Ele afirmou que a matéria publicada sobre o assunto no JORNAL DO BRASIL "está absolutamente correta". Só discorda do título da matéria "quando se refere ao projeto como uma questão sigilosa".

Bayma Denys negou-se responder à nota do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) contra o Calha Norte. "É uma opinião do Cimi, não me cabe responder", alegou. Durante a entrevista, entretanto, respondeu a várias das acusações do Conselho: Negou que o projeto não esteja preocupado com a demarcação das terras indígenas, apontando pelo menos três itens da exposição de motivos que demonstram a preocupação do governo com os índios:

1 — O que determina seja definida uma política indigenista apropriada à região; 2 — O que trata de ampliar e intensificar a ação da Funai (Fundação Nacional do Índio) junto à faixa de fronteira; 3 — Que determina seja intensificada a

ação demarcatória nas terras compreendidas pela área de fronteira.

O general negou, ainda, que o Calha Norte pretenda militarizar a área de fronteira. Explicou que nesta primeira fase "a área será ocupada por militares, porque é um projeto pioneiro e não há na região qualquer infra-estrutura". Adiantou, contudo, que "no futuro, quando houver instalações e estrutura, qualquer brasileiro poderá ir para o Calha Norte". Esta questão, segundo ele, foi discutida com o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

O Projeto Calha Norte será executado, em princípio, por sete pelotões, cada um com 40 ou 60 homens, dependendo da necessidade, nos postos de fronteira, totalizando 400 militares, no máximo. Quanto ao receio do Cimi de que os índios possam vir a ser prejudicados, o chefe do Gabinete Militar respondeu: "Este receio não tem fundamento. As tropas vão proteger os índios e toda a população abrangida pelo projeto".

Autor do Calha Norte, o general Bayma Denys não esconde o orgulho que sente quando fala dele. Disse, no entanto, que se pensar direito "quem tem mais orgulho do Calha Norte é o presidente Sarney, porque ele vai ajudar a construir o Brasil naquela área, que por qualquer razão sempre foi relegada a um plano secundário".

Calha Norte preocupa países vizinhos

COMUNICACIONAL

Fonte JORNAL de BRASÍLIA

Data 02/11/88

Cidade Brasília - DF

Memélia Moreira

Os cinco países da fronteira norte do Brasil (Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa) já manifestaram preocupação com o projeto Calha Norte, que prevê a instalação de pelotões de fronteira entre o Oiapoque, no Amapá, e o oeste do Amazonas, na região conhecida por "Cabeça de Cachorro". Essa preocupação atravessou o oceano e, até a França, que mantém sua província ultra-marina na América do Sul (Guiana Francesa), quer conhecer as reais intenções do governo brasileiro com a implantação do projeto Calha Norte.

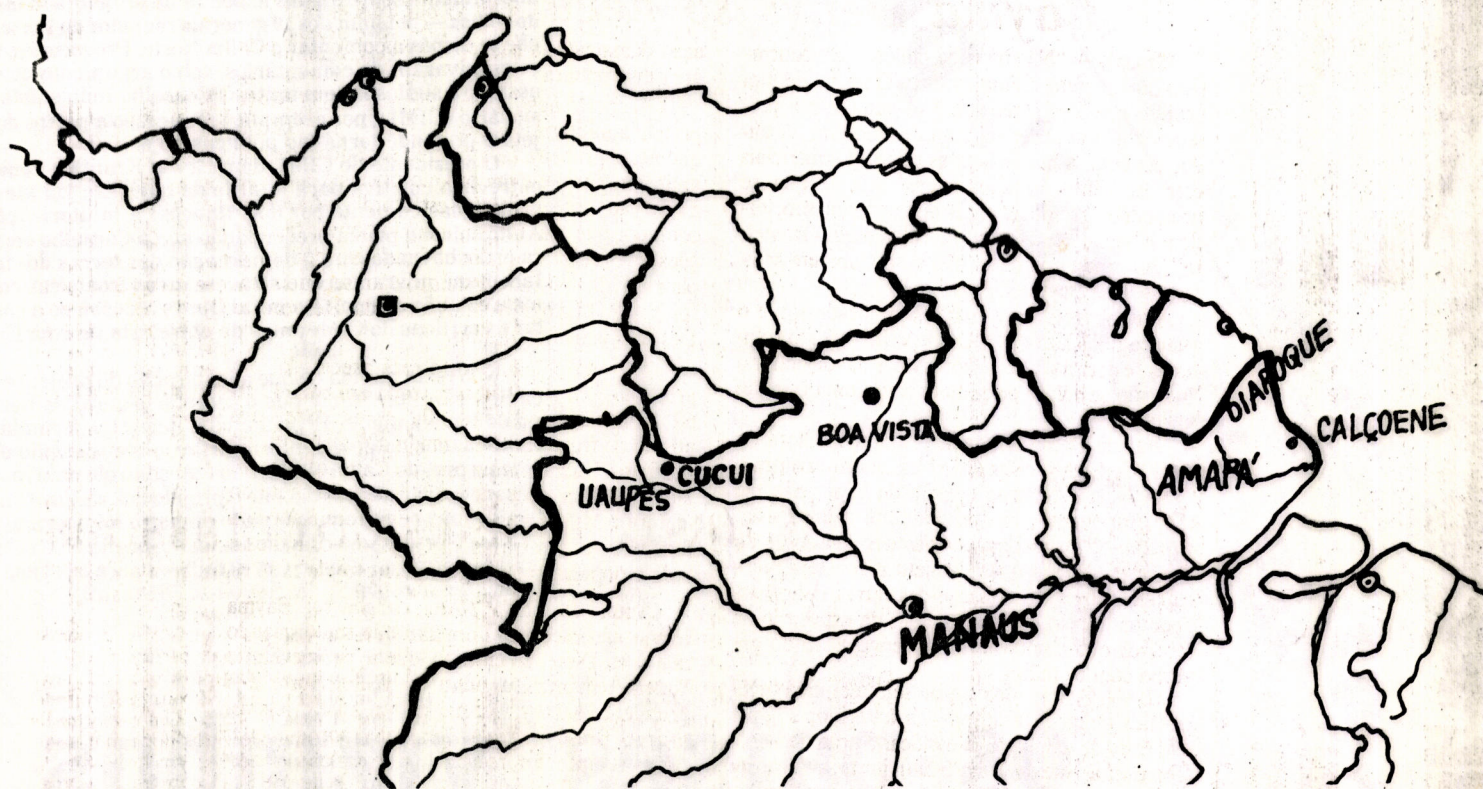
Esses países ainda guardam desconfiança das possíveis intenções expansionistas brasileiras, manifestadas durante os governos do ciclo militar e, principalmente, com o mais recente episódio envolvendo as fronteiras: o deslocamento de tropas militares do sudeste para o sul; nas proximidades da fronteira com a Argentina, que mereceu um protesto do presidente Raúl Alfonsín diretamente ao presidente José Sarney. O fato ocorreu há pouco mais de seis meses e, na ocasião, o governo brasileiro argumentou necessidade de reforçar sua região fronteira.

A desconfiança é a tônica que rege as relações com os países limítrofes. Antes

mesmo de ser quebrado o sigilo sobre o projeto Calha Norte, o governo francês determinou a paralisação de uma estrada ligando Caienne, capital da Guiana Francesa a Saint-George, próxima à fronteira com o Amapá. A preocupação dos franceses, a longo prazo, se refere à intensa migração de mão-de-obra desqualificada do Brasil, que procura trabalho na província francesa.

A continuar o mesmo fluxo, que seria facilitado mais ainda com a construção da estrada, em poucos anos o Brasil manteria um enclave em terras francesas. Essa possibilidade tira o sono do Quai D'Orsay, em Paris, e o governo do presidente François Mitterrand quer evitar o máximo a entrada indiscriminada dos migrantes brasileiros que vão em busca de melhores salários do outro lado do Oiapoque, onde é fácil alugar um "voadeira" (barco a motor) e atravessar o rio.

Os demais países, entre eles Colômbia e Venezuela, não se preocupam com a migração, mas sim com a concentração militar em toda a fronteira norte. Além disso, com a abertura de estradas, previstas no Calha Norte, alarmam-se com a possibilidade de crescimento do contrabando de ouro. Esse contrabando preocupa também o Brasil e o Itamarati já começa a delinear um projeto para reduzir a evasão de minérios. Os protestos começam a aparecer.



Plano para ocupar fronteiras do Norte

Bayma reúne alto comando em sigilo, mas CIMI sabe teor

Brasília — O ministro-chefe do Gabinete Militar, general Rubem Bayma Denys, defendeu com uma frase curta o projeto Calha Norte: "É preciso aumentar a presença brasileira na área de fronteira". A declaração foi feita ontem à noite, em seu gabinete, depois que os comandantes das 12 regiões militares, os chefes de cinco departamentos do Exército, o secretário de Economia e Finanças da Armada e o próprio chefe do Estado-Maior do Exército passaram o dia discutindo o assunto no Quartel-General do Exército em Brasília, o chamado Forte Apache.

Ao contrário do general Bayma — que costuma falar abertamente sobre alguns aspectos do projeto, sua meninada dos olhos — nenhum dos 19 generais reunidos no Forte Apache se dispôs a comentar o Calha Norte. Provocados, todos se esquivaram de comentários, sob o argumento de que o assunto é sigiloso. Nem tanto. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), por exemplo, teve acesso a partes do projeto e pretende torná-las públicas hoje.

O presidente do CIMI, dom Erwin Krautler, convocou entrevista coletiva para a tarde de hoje. Ele vai atacar o projeto basicamente por dois flancos: a militarização da Amazônia e a pouca preocupação que o Conselho considera estar havendo com a demarcação das terras dos índios Ianomani, migrantes que atravessam as fronteiras conforme a estação do ano. O general Denys recusou-se a comentar as críticas do CIMI antes da entrevista de dom Erwin.

Não resta dúvida de que a inspiração do projeto é basicamente militar. Tanto que o secretário-geral da Secretaria de Planejamento, Henri Phillippe Reichstul, formalmente coordenador do grupo interministerial de trabalho envolvido no projeto Calha Norte, não tem controle efetivo sobre o assunto. "Eu nem sabia que o projeto era sigiloso", admitiu. Ele não sabe sequer quanto dinheiro foi liberado para o Calha Norte, apesar de ter assinado, no dia 9 de outubro, uma portaria que liberou Cz\$ 99 milhões para o projeto. "Eu assino tanta coisa...", desculpou-se Reichstul.

aderno — A Província do Pará — Belém — Sábado, 1º de novembro de 1986

“Calha Norte”, preocupa

os países vizinhos

Plano afeta relações com Estado

A implantação do projeto Calha Norte começa a criar problemas no relacionamento da Igreja com a Nova República. E a comissão de alto nível, proposta pelo presidente Sarney ao presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, para acompanhar os projetos do governo nas áreas indígenas se inviabiliza. A CNBB já vinha percebendo o desinteresse do governo em nomear os representantes oficiais da comissão e os três bispos que representam a Igreja nesse trabalho (Dom Erwin Kratler, Dom Luciano Mendes de Almeida e Dom José Martins), ainda não conseguiram se reunir nenhuma vez com os representantes do governo, embora a comissão tenha sido criada em setembro.

Além de ter criticado o projeto, embora reconheça que a Calha Norte foi elaborado de forma inteligente, sem brechas para provocar desconfianças, a Igreja

guarda recordações de experiências semelhantes na fronteira oeste brasileira, quando foram criadas unidades do Exército que atraíram os índios e, consequentemente, reduziram seus territórios. E os missionários não têm dúvidas de que o Calha Norte tem a mesma intenção: reduzir as áreas indígenas com o argumento de que estão sendo abertas novas perspectivas de desenvolvimento para os índios.

O projeto é também considerado como mais fatal para os índios do que o desenvolvimentismo do governo Médici. E, entre as razões apontadas pela Igreja, há o fato de que a popularidade do



D. Ivo já notava desinteresse do Governo

presidente Sarney permite-lhe ir além do que foi o presidente Médici em seus projetos de ocupação das áreas indígenas. Com isso, a Igreja, através do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) retome sua postura de crítica ao governo, restando-lhe o acompanhamento do Calha Norte para que os prejuízos não sejam irreparáveis e, principalmente, despertar a opinião pública nacional e internacional contra, no entendimento da Igreja, a nova ameaça contra os índios. O mesmo comportamento praticado pelos missionários no período Médici, quando a abertura de estradas nas áreas indígenas foi o ponto de estrangulamento entre Igreja/Estado.

Alternativa à Reforma Agrária

A história antiga do Calha Norte vem dos tempos de Medici, quando o Governo brasileiro alimentava o sonho de ocupar a Amazônia, partindo da frase "Terra sem homens para homens sem ra", destinada aos nordestinos expulsos dos latifúndios. Mas a história recente tem apenas 20 meses. Ela começou com a invasão da serra das Surucucus, em Roraima, habitada pelos yanomami, por um grupo de garimpeiros armados sob o comando do empresário José Altino Machado.

Em março, Cláudia Andujar pede apoio do então ministro da Justiça, Fernando Lyra, para colocar agentes da Polícia Federal na terra yanomami, defendendo os índios contra os

garimpeiros. Em maio, acompanhada pela antropóloga Alcida Rita Ramos, da Universidade de Brasília e o deputado Márcio Santilli (PMDB-SP), Cláudia conversa com o general Denys e pede a presença do Exército, sempre para proteger os índios. Em junho, o general elabora a exposição de motivos do Calha Norte.

Nas vésperas da aprovação do plano nacional de Reforma Agrária, o projeto Calha Norte chega às mãos do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), que denuncia para o **Jornal de Brasília** manobras contra a Reforma Agrária, afirmando que o Calha Norte era a alternativa de Reforma Agrária do Conselho de Segurança.

Uma capital do índio e do ouro

Boa Vista, capital do Território de Roraima, é também a capital do projeto Calha Norte. É naquela região que se concentram os maiores contingentes indígenas. A cidade nasceu sob o signo do aventureirismo, com garimpeiros em busca de diamantes e ouro, no final do século passado. A primeira família de não-índios a se instalar na região foi a família Brasil, seguindo-se à Cruz que alimentaram uma rixa de um século.

Habitada por índios e mestiços, Boa Vista atraiu também os rebeldes fugitivos da independência da Guiana, há pouco mais de 30 anos. O intercâmbio da região se faz muito mais com a Venezuela e a Guiana do que com Manaus e o resto do Brasil. Até 1955, o trigo era importado da Inglaterra, via Guiana e as consultas médicas das famílias mais abastadas eram feitas em Miami, nos Estados Unidos.

Servida por vãos diários das empresas Varig e Vasp, Boa Vista se lo-

caliza numa região de savana, rodeada de montanhas. O clima é seco entre outubro e março e úmido no restante dos meses. Além disso, seus campos se transformaram em pastos naturais dos rebanhos bovinos de fazendeiros que começam a chegar à região.

A população local não admite sua ascendência indígena e os políticos de todos os partidos, do PMDB ao PDS malufista (há dois) se unem contra qualquer decisão do governo em favor dos índios. E os índios, principalmente makuxis, se envergonham de sua identidade.

Rica em ouro, diamantes, tungstênio, cassiterita e urânio, a região de Roraima ainda não conhece grandes conflitos sociais, a não ser contra os índios, sintetizados numa frase do ex-governador, coronel Fernando Ramos Pereira: «Na minha opinião, uma terra rica como essa não pode se dar ao luxo de conservar meia dúzia de índios».

2 -

CIMI NACIONAL
Forn. JORNAL de BRASÍLIA
DATA 02/11/88
Cidade Brasília - DF

CIMI NACIONAL

Fonte JORNAL de Brasília

DATA 02, 11, 85

Cidade Brasília - DF.

Projeto tem 2 eixos de ação

O Projeto Calha Norte, criticado pela Igreja porque afeta diretamente as quatro últimas nações indígenas (Makuxi-Wapixana, Yanomami, Tikuna e Tukuna) e pelos governos dos países limítrofes, preocupados com a concentração militar na área de fronteira, tem como base dois eixos de ação: internamente, reafirmando a presença institucional brasileira numa área de baixa densidade demográfica e, externamente, no esforço do governo em intensificar as relações bilaterais, citadas com frequência nos discursos do presidente Sarney aos parceiros do continente.

Para isso, dois ministérios terão reforço orçamentário e para eles estão reservadas as maiores responsabilidades do Calha Norte. O Ministério do Interior, encarregado de atendimento às populações indígenas, através da Funai, com 10 milhões de cruzados para o ano de 86 e o Itamarati, com dois milhões de cruzados. Caberá ao Ministério do Exército a maior fatia dos recursos, com Cz\$ 44.861.000,00, para a transferência dos órgãos executores do projeto, entre eles, os batalhões de Engenharia e Construção, responsáveis pela abertura e melhoria das estradas que vão ligar os núcleos habitacionais que surgirão em torno dos pelotões de fronteira.

A filosofia do projeto parte do princípio que a região correspondente a 14 por cento do território nacional e 24 por cento da Amazônia Legal, é uma área praticamente inexplorada, delimitada por uma extensa fronteira "praticamente habitada por índios". Esse fato preocupa a secretaria do Conselho de Segurança Nacional, por entender que a área apresenta "possibilidade de conflitos fronteiriços entre alguns países vizinhos (região do Essequibo) aliada à presente conjuntura no Caribe". Essa realidade, de acordo com a exposição de motivos encaminhada ao presidente Sarney, em junho do ano passado, pelo secretário-

geral do CSN, general Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e autor do projeto, "podem tornar possível a projeção do antagonismo Leste-Oeste na parte norte da América do Sul".

Estratégia

Diante disso, o Grupo de Trabalho Interministerial encarregado da elaboração do projeto (Planejamento, Gabinete Militar, Relações Exteriores e Interior), traçou uma estratégia que envolve ações imediatas na fronteira, através de projetos especiais,

selecionando a seguinte região: 900 quilômetros da fronteira com a Venezuela, onde vivem os índios Yanomami. Nessa região, de acordo com o projeto, destacam-se as seguintes áreas: Surucucu (área de maior concentração indígena, com três mil indivíduos), Auaris e Ericó. A questão Yanomami preocupa a secretaria do Conselho de Segurança porque, afirma o documento do grupo de trabalho, "há bastante tempo observam-se pressões, tanto nacionais quanto de estrangeiros, visando constituir — às custas do atual território

brasileiro e venezuelano — um Estado Yanomami".

As demais áreas são o Alto Rio Negro, no Amazonas, fronteira com Venezuela e Colômbia, área de Roraima, na fronteira com a Venezuela e Guiana, que preocupa pelo potencial de conflito internacional pela disputa da região do Essequibo, o alto Solimões, também na fronteira com a Colômbia e área do Tumucumaque, fronteira com a Guiana Francesa.

Todas essas áreas são prioritárias no projeto, que envolve também o atendimento às populações interioranas e ribeirinhas, numa segunda fase, através do Plano de Desenvolvimento da Amazônia. As quatro áreas merecerão os projetos especiais que têm como objetivo, num sentido mais amplo, "o incremento das relações bilaterais". Esses projetos têm como justificativa, as "ameaças à Segurança Nacional, pondo em risco a integridade do patrimônio nacional, com reflexos na própria soberania". Com isso, entre os projetos especiais, destacam-se no plano interno, assistência à população local, integração dos índios à sociedade nacional, inibição do trânsito de estrangeiros, inibição do tráfico de drogas e evasão de riquezas.

No plano externo, o Calha Norte vai desenvolver, em princípio, consulados brasileiros na região de fronteira, tomando como experiência a região sul, cujo fortalecimento dos consulados propiciou as facilidades de negociação política e econômica. No plano externo, atenção especial para o Tratado de Cooperação Amazônica, que nasceu sob iniciativa brasileira, em 1978. Esse Tratado, que interessa particularmente o Brasil ao ponto do governo pretender assumir a secretaria geral, será o principal eixo de ação para incrementar o comércio bilateral e facilitar o equilíbrio das relações com a República Cooperativista da Guiana, "no mesmo patamar do atual relacionamento Brasil-Suriname". Além disso, o Calha Norte pretende reforçar a cooperação internacional no combate ao tráfico de drogas.

Os inspiradores da idéia

A sugestão para colocar pelotões do Exército nas áreas indígenas foi feita por pessoas que defendem os índios. Entre elas, Cláudia Andujar, coordenadora da Comissão de Criação do Parque Yanomami, e o senador Severo Gomes, autor do projeto 379 de 1985, que tramita no Senado e propõe a criação do Parque Indígena. Ambos pretendiam evitar a invasão das áreas indígenas por garimpeiros e aventureiros de modo geral.

Cláudia Andujar entretanto, embora reconheça que fez a sugestão ao general Bayma Denys, agora está preocupada com as consequências do Calha Norte. "Nossa preocupação agora — afirmou ontem Cláudia, — é com esses núcleos habitacionais. Eles vão atrair milhares de pessoas que fatalmente, usando as estradas previstas no Calha Norte, terminam por invadir a área dos yanomami". Apesar disso, ela admite que é melhor a presença do Exército, que de certa forma inibe a migração desordenada, do que os garimpeiros e empresas de mineração que ameaçam invadir a terra habitada pelos yanomami, na fronteira com a Venezuela. Sua proposta foi informal e o general Denys credits a Cláudia o título de "inspiradora indireta" do



Senador Severo Gomes Calha Norte.

Já a proposta formal foi apresentada pelo senador Severo Gomes. No seu projeto de lei propondo a criação do Parque Yanomami, o senador assim justifica sua proposta:

"A área yanomani, estando em faixa de fronteira e com crescente potencial de tensão, para sua maior segurança do território e para evitar a possibilidade de conflito social ou interétnico, necessita de controle que poderá ser exercido pelo Exército nacional". O projeto visa criar um Parque em área contínua com nove milhões de hectares.

Com isso, o Calha Norte tem respaldo legal.



Uma índia yanomami trabalha em sua aldeia, na região norte da Amazônia

Índios denunciam ação de garimpeiros no norte

DERMI AZEVEDO
Da Reportagem Local

A invasão das áreas dos nove mil indígenas yanomami, na fronteira do Brasil com a Venezuela, por grupos de garimpeiros, está sendo denunciada pelos líderes desses índios, Davi Kopenawe Yanomami e João Pakitali Yanomami, em carta enviada, no último dia 23, ao deputado federal Márcio Santilli (PMDB-SP) e à União das Nações Indígenas (UNI), em São Paulo. Na carta, os índios afirmam que os yanomami "não querem a construção de estradas dentro de sua área" e pedem que seja interrompida a construção, pelo governo federal, da rodovia Perimetral Norte — ligando Boa Vista (AP) à fronteira com a Colômbia —, alegando que "a construção de estradas traz muitas doenças e mortes, levando fazendeiros, colonos, mineradores, garimpeiros e outros estranhos que vão ocupar nossas terras".

Afirmando que os índios querem "viver em paz, crescer em suas terras e manter as florestas", os líderes yanomami manifestam preocupação com a possibilidade, prevista no "Projeto Calha Norte", de ampliação da presença militar em sua área. Antes de voltar à fronteira com a Venezuela, na semana passada, Davi Yanomami informou à UNI que pretende pedir ao governo todas as informações sobre o projeto, para que sejam avaliadas nos conselhos tribais.

Embora os índios da calha (de-sembocadura) norte dos rios Solimões e Amazonas não conhecessem os dados principais do "Projeto Calha Norte", do Conselho de Segurança Nacional, pelo seu caráter sigiloso, já sabiam de sua existência desde junho do ano passado. Mais de cem dirigentes de nações indígenas da região reuniram-se, de 15 a 17 de março deste ano, no posto Demini, da Funai, em Roraima, numa assembléia de tuxauas, para analisar o impacto que o projeto, ainda globalmente desconhecido, poderia ter sobre o processo de demarcação de suas terras. A assembléia — da qual participaram lideranças yanomami — decidiu, também, rejeitar proposta do governo, através do Ministério do Interior, para a criação de colônias agrícolas na região amazônica norte, em que brancos e índios fariam uma "experiência de convivência".

A primeira colônia seria instalada na aldeia dos tucano, no Alto Rio Negro (AM), mas o conselho tribal rejeitou a proposta.

Segundo a UNI, os yanomami e outras nações indígenas do norte da Amazônia estão discutindo, agora, formas para aprofundar a sua luta pela criação do Parque Indígena Yanomami, para impedir a penetração, em suas terras, de grupos de garimpeiros (que querem lavar ouro e cassiterita), sem que isto signifique uma militarização do território amazônico e modificações drásticas na cultura indígena.

Projeto pode ser fatal para ianomamis, diz antropóloga

Os efeitos do "Projeto Calha Norte", prevendo a ampliação da presença militar e sócio-econômica go-vernamental na região norte da Amazônia, poderão ser "fatais" para os nove mil indígenas ianomami brasileiros que vivem junto à fronteira com a Venezuela, caso o projeto implique na não concretização do Parque Indígena Ianomami e na modificação induzida das características culturais dessa nação, às das últimas na América Latina a sobreviver dentro de seus padrões originais. É o que afirmou ontem, às 10h30, em São Paulo, a antropóloga Cláudia Andujar, uma das fundadoras e diretoras da Comissão Ianomami, fundada em 1978 com o apoio de personalidades como o cardeal Paulo Evaristo Arns, o empresário Arinos de Mindlin, o presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter e o ecologista gaúcho José Lutzemberger, além do senador Severo Gomes (PMDB-SP), autor do projeto de lei 379/85, de dezembro do ano passado, que tramita no Congresso, para a criação do parque.

Na opinião de Cláudia, o "Projeto Calha Norte tem aspectos geopolíticos e econômicos" e "era desconhecido, em sua íntegra, até agora, pelas organizações indigenistas". Quanto à preocupação da chamada "comunidade de informações" sobre a suposta criação de um "Estado independente" dos ianomami brasileiros e venezuelanos, ela afirmou que se

CSN restringe a demarcação das áreas indígenas

Ação do governo visa extinção de índios, diz CPT

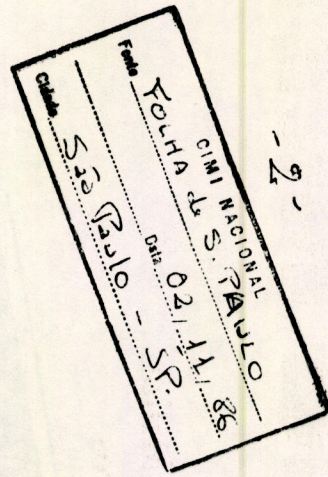
Do Sucursal de Brasília

Com base em dados obtidos junto "a altas fontes governamentais", o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), afirmou, anteontem à tarde, em nota assinada pelo seu presidente, d. Erwin Krautler, bispo do Conselho de Segurança Nacional (CSN), o governo federal "não pretende demarcar áreas indígenas em faixas de fronteiras ou situadas perto de cidades e de rodovias federais, além de áreas consideradas demasiado extensas ou cortadas por rios navegáveis".

Denunciando que, de fato, "as demarcações estão totalmente paralisadas em áreas de fronteiras", o Cimi afirma que o presidente José Sarney e os ministros do Desenvolvimento e Reforma Agrária, Dante Costa Couto, ao assinarem o decreto 93.148, de 20 de agosto último, homologando a demarcação da terra dos índios gavião, no Pará, "subtraíram do território tribal, como consta no artigo 3º do decreto, faixas de terras correspondentes à linha de transmissão da Eletropaulo, à estrada de ferro Carajás e à rodovia BR-222". (DA)

O secretário-executivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), padre Hermanno Alegre, 42, disse ontem que a forma de implantação do "Projeto Calha Norte" é uma prova de que "poucas pessoas — a oligarquia da Nova República" — segundo ele — estão tomando decisões que deveriam ser debatidas por toda a sociedade. "Estamos vivendo numa democracia liberal que levanta poeira para esconder o que está por trás dos atuais projetos do governo", afirmou à Folha, por telefone, o secretário da CPT, na sede nacional do Palácio em Goiânia (GO). Em resposta, o secretário de imprensa do Palácio, José Cruz de Sousa, 38, disse que o país vive numa democracia e cada um fala o que quer.

Segundo o padre, há uma "ação deliberada" de extinção dos índios brasileiros, já que eles são um entrave ao tipo de desenvolvimento que interessa ao governo. Sobre o sigilo mantido em relação ao "Projeto Calha Norte", padre Hermanno disse que "esta postura demonstra com quais prioridades o governo está preocupado". "Não somos contra os programas de desenvolvimento necessários ao país, mas estamos combatendo os interesses econômicos que estão por baixo de projetos semelhantes ao 'Calha Norte'".



Governo apóia "Calha Norte"

O Governo do Estado do Amazonas apóia o projeto Calha Norte, que pretende implantar postos do Exército na fronteira do Amazonas com a Venezuela. O comandante do CMA (Comando Militar da Amazônia) negou que o projeto seja um reflexo da preocupação com guerrilheiros estrangeiros



Gilberto Mestrinho, Otávio Medeiros e Iran Arns concordam com projeto

O Governo do Estado apóia amplamente o Projeto Calha Norte, que pretende implantar postos avançados do Exército e diversas bases da Aeronáutica em pontos estratégicos da fronteira do Brasil com os países situados ao norte da América do Sul, como em Cucuí, localizado próximo à divisa do Amazonas com a Venezuela.

A informação foi prestada, pelo chefe da Casa Civil do Palácio Rio Negro, João Félix Pinto de Carvalho. Ele explicou que o governador Gilberto Mestrinho (ontem se encontrava na região do rio Madeira para a inauguração de algumas obras) tomou conhecimento desse projeto quando o general Octávio de Aguiar Medeiros exercia a função de comandante Militar da Amazônia. João Félix assegurou que aquelas duas autoridades mantiveram um encontro no gabinete do governador, quando foi apresentado o Projeto Calha Norte.

O chefe da Casa Civil enfatizou que "nós não temos nada contra e acho que esse projeto é importante para que os brasileiros ocupem as regiões de fronteira. Eu acho, apenas, que após

os militares ocuparem as áreas, deveria haver preocupação em assentar os colonos nos pontos da Calha Norte".

Para João Félix, o então comandante Militar da Amazônia só apresentou a proposta ao governador, sem solicitar qualquer opinião a respeito. "Inclusive não houve nenhum comentário a respeito da entrada ilegal no País de traficantes de cocaína ou de guerrilheiros, especialmente os da Colômbia", afirmou. João Félix analisa o projeto como de importância para o Estado porque possibilita a ocupação de grandes áreas da região de fronteira ainda não habitadas por inexistirem condições de acesso à população daquelas áreas.

SÓ OCUPAÇÃO

Sobre o Projeto da Calha Norte, o atual comandante Militar da Amazônia, general Iran Ribeiro, disse que o Exército pretende, com o projeto, fazer a ocupação das áreas fronteiriças na região amazônica. Segundo ele, há poucos soldados nos pontos já existentes e a pretensão é o de aumentar o contingente. Por enquanto, o Exército conta

apenas com a base de Cucuí, no Estado do Amazonas. O objetivo imediato é expandi-la e também implantar uma outra em São Joaquim.

O comandante Militar da Amazônia nega existir por parte do Exército brasileiro, alguma preocupação com guerrilheiros estrangeiros e a possibilidade da entrada deles na faixa de fronteira do Brasil. Quanto ao tráfico de entorpecentes — conforme explicou o general Arns Ribeiro é um problema que merece a maior atenção por parte das autoridades. Recentemente, lembra o comandante do CMA, ocorreram casos de traficantes de epadu adentrarem a região brasileira.

O Projeto Calha Norte, garante o general, foi elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional, sem nenhuma participação do Governo amazonense, do Exército Aeronáutica ou da Marinha. Para a execução do projeto, o Exército já está implantando em Manaus os quartéis e resistências para os soldados que deverão seguir para as áreas de fronteira. Eles deverão viajar em embarcações, possivelmente no início do próximo ano.

CIMI NACIONAL
Fonte: ESTADO de S. PAULO
Data: 02/11/82
Cidade: São Paulo - SP

Brasil decide enfrentar ameaças fronteiriças

Sabe-se agora que o governo Sarney, seguindo e ampliando, consideravelmente, política iniciada ainda nos tempos dos chanceleres Azeredo da Silveira e Saraiva Guerreiro, elaborou, já no ano passado, um plano, ao qual se deu o nome de Projeto Calha Norte, visando ao fortalecimento da nossa presença militar ao longo de 6.500 km das fronteiras do Brasil com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Pretende-se montar sete bases em torno dessas nações, para prevenir, nas palavras do general Bayma Denis, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, "a possibilidade de conflitos fronteiriços entre alguns países vizinhos, aliada à presente conjuntura do Caribe", o que poderia provocar "a projeção do antagonismo Leste-Oeste na parte Norte da América do Sul". O plano, elaborado pelas Forças Armadas e pelo Itamaraty, revela que o Brasil, afinal, tomou conhecimento da "susceptibilidade da Guiana e do Suriname à influência ideológica marxista, tornando vulnerável a soberania nacional". Aliás, transparece aí uma profunda contradição entre a clara indiferença do Itamaraty em relação à distante Nicarágua, atualmente o mais perigoso bastião continental do expansionismo cubano-soviético, e o empenho, aparentemente sério, da nossa estratégia militar ante o perigo que ameaça nossa segurança, oriun-

do de países por assim dizer colados ao Brasil. Todavia, com a muito plausível possibilidade de um conflito armado entre a Venezuela e a Guiana (pela posse da área de Essequibo) e a infiltração, em nosso território, de elementos interessados em expandir o credo moscovita, justifica-se, plenamente, a iniciativa, já aprovada pelo presidente Sarney. O que mais está em evidência, no momento, é a evolução da situação política no Suriname, onde os rebeldes que lutam contra o regime do coronel Desiré Bouterse estão intensificando seus ataques, chegando a agir nos arredores da capital, o que, desde já, provocou a suspensão dos vôos da Varig-Cruzeiro com destino a Paramaribo.

É verdade que desde 1983, ou seja, a partir da visita que o general Danilo Venturini fez ao país vizinho, o Brasil vem tentando contrabalançar ali a influência cubana, oferecendo a Bouterse ajuda militar (armas) e econômica, esta inicialmente orçada em 70 milhões de dólares (20 milhões já entregues), suspendendo-se porém o restante por se saber que tais recursos têm sido desviados. Mesmo a essa iniciativa não faltou uma certa dubiedade, uma vez que o general Venturini, ao fazer seu relatório à Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, assegurou por um lado que não havia "nem um

indício de que o Suriname tivesse feito uma opção pelo bloco socialista", acrescentando, por outro, que o nosso governo não tinha nenhuma dúvida de que aquele país podia "constituir ameaça externa ao Brasil, desde que envolvido por interesses extracontinentais". Nessa eventualidade, o Brasil, segundo afirmou o general, recorrerá a uma ação defensiva. O coronel Bouterse de fato acabou envolvido — tal como ocorreu com Morris Bishop, antigo ditador de Granada — por manobras de Fidel Castro, que os levou à Conferência dos Não-Alinhados em Nova Délhi, ensinando-lhes que o verdadeiro não-alinhamento consistia no alinhamento com o bloco soviético. Àquela época, Bouterse, instado pelo embaixador cubano Oswaldo Cardenas Junqueira, promoveu um verdadeiro banho de sangue para exterminar a oposição anticubana e anticomunista. Todavia, começou a medir seus passos após a sangrenta deposição — por obra de Castro — de Bishop, que ensalara certas aberturas para o Ocidente. Assim, receoso do mesmo destino, por razões idênticas, do colega e camarada, decidiu, desde então, tentar contrabalançar a influência cubana, aceitando a colaboração do Brasil, o que ainda mais agravou a sua situação interna.

O Projeto Calha Norte, coordenado pelo CSN, diz que "as Forças Armadas já dispunham de planos visando a assegurar, a longo prazo, maior presença militar" na região, mas recomenda que "algumas partes desses planos tenham a sua implantação adiantada e ampliada". De acordo com essas diretrizes, Brasília planeja investir na iniciativa quase 11 milhões de OTN, para, "sob o enfoque do desenvolvimento e segurança, assegurar a ocupação das áreas do Amazonas, Pará, Roraima e Amapá". Dá-se ênfase à proteção da área de Roraima, na conturbada fronteira da Venezuela com a República Cooperativista da Guiana, e às lides com o Suriname, cujo governo enfrenta a inquietação tanto dos elementos militares radicais pró-cubanos como dos rebeldes anticomunistas. Todavia, ao que nos parece, se de um lado o Projeto Calha Norte traduz uma conscientização do Brasil ante a existência de ameaças, mais do que latentes, nessas regiões, avulta, do outro, a flagrante insuficiência do esquema com o qual se procura obstá-las. Sete bases em quase sete mil quilômetros de fronteiras(!) não podem oferecer senão um débil cordão de resistência a tais perigos. Mas, afinal, já é um começo, esperando-se que, com a possível brevidade, possa o projeto contar, efetivamente, com recursos à altura da sua transcendental destinação, com o que se entrarão, queira-se ou não, os interesses de Brasília e Washington nessas áreas.

'Calha Norte' será debatido pelos bispos

O bispo de Rio Branco (AC) e presidente do Secretariado Regional Norte 1 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Moacyr Grecchi, disse ontem que os bispos da região amazônica poderão reunir-se extraordinariamente, ainda este mês, para uma avaliação "aprofundada e coletiva" do "Projeto Calha Norte". No encontro seriam discutidas as implicações que o projeto governamental de ocupação militar e desenvolvimento na fronteira norte do país teria para os cinquenta mil índios brasileiros que vivem na região. D. Moacyr disse que as "poucas informações disponíveis" sobre o projeto, dadas "por fontes militares", foram discutidas em Manaus (AM) numa reunião do episcopado da região, em setembro último. Ele criticou o aspecto sigiloso do programa, afirmando ser "inadmissível que um projeto com a dimensão do 'Calha Norte' seja levado adiante sem a participação do Congresso Nacional, de toda a sociedade civil e, particularmente, dos índios". **PÁG. 4**

CIMI NACIONAL	
Fonte	FELHA de S. PAULO
	03/11/86
Cidade	São Paulo - SP.

Igreja pode avaliar 'Calha Norte' este mês

Da Reportagem Local
e da correspondente em Belém

Os bispos da região amazônica poderão reunir-se, extraordinariamente, ainda este mês, para uma avaliação "aprofundada e coletiva" do "Projeto Calha Norte" e suas implicações para os 50 mil (22,8%) dos 220 mil indígenas brasileiros que serão diretamente afetados pela ofensiva governamental — de ocupação militar e projetos desenvolvimentistas — na fronteira norte do país. É o que informou ontem, às 10h, por telefone, o bispo de Rio Branco (AC), d. Moacyr Grecchi, 50, presidente do secretariado regional Norte 1 (Amazonas, Rondônia e Acre, além do território de Roraima) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

D. Moacyr disse que as "poucas informações disponíveis" sobre o projeto foram discutidas em Manaus (AM), durante reunião do episcopado da região, em setembro último, e que "dados mínimos, embora preocupantes, já haviam sido transmitidos a alguns bispos da Amazônia por fontes militares".

Em Belém (PA), o governador Jäder Barbalho afirmou anteontem que já tinha ouvido falar do "Projeto

Calha Norte", em reuniões da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), como um projeto "sem finalidade militar", visando "integrar as unidades federadas do norte através de grandes obras". Disse, depois, que o projeto incluiria a construção de uma rodovia de Boa Vista (RR) ao porto de Trombetas, em Oriximiná (PA), facilitando as importações e exportações. Ele disse ter sabido dos planos da estrada em conversa com o governador de Roraima.

D. Moacyr criticou ontem "o caráter sigiloso" do projeto, afirmando que "é preocupante o modo de proceder utilizado para o empreendimento, sem que as pessoas diretamente interessadas, como os índios, fiquem sabendo de nada". Em sua opinião, uma consequência imediata do projeto "é a paralisação das demarcações de terras indígenas no norte da Amazônia, frustrando os índios". Segundo ele, "toda a Nação precisa discutir, profundamente, a questão amazônica", porque "é inadmissível que um projeto com a dimensão do Calha Norte seja levado adiante sem a participação do Congresso Nacional, de toda a sociedade civil e, particularmente, dos índios".

CIMI NACIONAL	
Fonte	FOLHA 6 S PAULO
Date	04/11/86
Cidade	S. Paulo

Exército já tem o dinheiro para a ocupação da fronteira norte

Da Sucursal de Brasília

O Ministério do Exército já conta com a quantia de Cz\$ 101,2 milhões para aplicação no "Projeto Calha Norte" —um programa que prevê o reforço da ocupação militar e do desenvolvimento da fronteira norte do país. O Ministério da Aeronáutica já tem Cz\$ 53,6 milhões; o Ministério da Marinha Cz\$ 17,7 milhões; o Ministério do Interior Cz\$ 10,2 milhões e o Ministério das Relações Exteriores já conta com dois milhões de cruzados.

A verba foi liberada pela Secretaria do Planejamento da Presidência da República em duas etapas. A primeira, em portaria de nº SG 43, publicada no "Diário Oficial" da União em 4 de agosto, dava ao Ministério do Exército Cz\$ 56,6 milhões e ao Ministério da Aeronáutica

Cz\$ 29,3 milhões. O Tesouro foi a fonte dos recursos. Na segunda etapa foram liberados Cz\$ 99 milhões provenientes do Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra). Esta portaria, de nº SG 69, foi publicada no "Diário Oficial" de 9 de outubro.

Ainda ontem, o "Diário Oficial" publicou detalhamento da Secretaria de Economia e Finanças do Ministério do Exército para aplicação dos seus primeiros Cz\$ 56,6 milhões. Do total, Cz\$ 53,1 milhões serão destinados à construção de quartéis na região amazônica e Cz\$ 3,5 milhões servirão para a conservação de residências e manutenção de material de engenharia.

Os Cz\$ 99 milhões do Proterra serão assim aplicados no "Projeto Calha Norte": Cz\$ 24,3 milhões do

Ministério da Aeronáutica para construção e ampliação de aeródromos em São Joaquim, Jauaretê, Tunui-Cachoeira, Melo Franco e Jandu-Cachoeira, no Amazonas, Surucucu e Paá-Piú no território de Roraima; do Exército: Cz\$ 44 milhões para organização do 5º Comando da Fronteira e instalação do sistema de comunicação.

Marinha: melhoria na estação naval do Rio Negro (AM) e construção de navio patrulha fluvial com Cz\$ 17,7 milhões; Ministério do Interior: Cz\$ 10,2 milhões para repasse à Funai, visando estruturação parcial da administração regional do Rio Negro/5ª Região (AM) e administração regional de Boa Vista (RR); e Ministério das Relações Exteriores: Cz\$ 2 milhões para intensificação das campanhas de recuperação de marcos limítrofes e cooperação técnica internacional.

Bispos querem mobilização para discutir projeto

Da Reportagem Local e da Sucursal de Brasília

A mobilização das principais entidades da sociedade civil brasileira, ao lado do Congresso Nacional, para a discussão detalhada do "Projeto Calha Norte", que ampliará a atuação governamental na região amazônica, foi proposta ontem, em Coari (município a 455 km a oeste de Manaus) e Goiás Velho (município a 130 km a sudoeste de Goiânia), pelos bispos locais, d. Gutemberg Freire Régis e d. Tomás Balduino. Eles disseram, por telefone, que "a preocupação, explicitada no projeto, com a segurança das fronteiras brasileiras, é válida, mas os indígenas, como os mais legítimos dos brasileiros, não podem ter sacrificadas nem suas terras, nem o seu direito à participação nas decisões que lhes dizem respeito".

Para d. Tomás Balduino, 64, fundador, em 1972, do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), ex-presidente da entidade (1975/79) e ex-vice-presidente (1979/83), "se não houver um freio à irracional corrida oficial à calha norte dos rios Solimões e Amazonas, os vinte grupos de

índios isolados dessa região irão sofrer o mesmo holocausto imposto aos trinta grupos indígenas, vítimas da corrida ao milagre brasileiro dos anos setenta, na transamazônica". Acrescentou ainda que "assim como a Funai do governo militarista prestou-se servilmente a atrair índios a toque de caixa, no ritmo do 'desenvolvimento e segurança', assim também a Funai da 'Nova República' já tem uma proposta elaborada pelo sertanista Sidney Possuello para criar uma secretaria especial de atração para aquela área".

Reprovável

"Acho totalmente reprovável —disse d. Tomás— a reformulação da política indigenista proposta pelo Conselho de Segurança Nacional, através de seu secretário, general Bayma Denys, para a calha norte, por ser desumana e ilegal. Acredito que por trás do pacote Calha Norte estejam bem presentes os interesses das grandes mineradoras nacionais e multinacionais, com a descoberta da galinha de ovos de ouro da Amazônia norte."

Afirmou, depois, duvidar que o projeto pretenda beneficiar os lavra-

dores sem terra da Amazônia e sugeriu às Igrejas cristãs, associações de geólogos e antropólogos e organizações pró-índio que "cobrem do Congresso um posicionamento patriótico sobre o Calha Norte, evitando a reedição dos mesmos crimes dos projetos faraônicos da política autoritária". D. Gutemberg Régis acrescentou, por sua vez, que o projeto "poderá abrir caminho para afastar os índios, sobretudo os yanomami, das últimas áreas em que estão sobrevivendo".

Bayma Denys

O ministro-chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Rubens Bayma Denys, 57, foi procurado ontem pela Folha, em Brasília, mas não quis comentar as declarações do bispo de Rio Branco (AC), d. Moacyr Grecchi, que anunciou, domingo último, a possibilidade de os bispos da região amazônica se reunirem, este mês, para discutir o "Projeto Calha Norte". Não quis também responder ao bispo de Goiás Velho, dom Tomás Balduino, que achou improvável a política indigenista do CSN. •